



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ UNESPAR -CAMPUS DE
APUCARANA**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO LETRAS ESPANHOL

**Apucarana
2018**

ANTONIO CARLOS ALEIXO

Reitor

SIDNEY KEMPA

Vice-reitor

MARIA SIMONE JACOMINI NOVAK

Pró-reitora de Ensino e Graduação

DANIEL FERNANDO MATHEUS GOMES

Diretor do *Campus*

LEONARDO FÁVERO SARTORI

Vice-diretor do *Campus*

ANTONIO MARCOS DORIGÃO

Diretor do Centro Ciências Humanas e Educação

AMÁBILE PIACENTINE DROGUI

Coordenadora do curso Letras Espanhol

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	5
1.1 Turno de Funcionamento de vagas.....	5
1.2 Dimensão Histórica.....	5
1.3 Programa de Reestruturação de Curso Articulação entre os Cursos de Letras da Unespar.....	8
2 LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO.....	9
2.1 Autorização do Curso.....	9
2.2 De Reconhecimento do Curso.....	9
2.3 Legislação Básica.....	10
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	10
3.1 Justificativa.....	10
3.2 Concepção, Finalidades e Objetivos.....	11
3.2.1 Sociedade, educação e universidade.....	11
3.2.2 Concepção de Língua(gem).....	15
3.2.3 Concepção de literatura.....	16
3.2.4 Concepção de ensino-aprendizagem de língua estrangeira.....	19
4 OBJETIVOS.....	21
4.1 Objetivo Geral do Curso.....	21
4.2 Objetivos Específicos.....	21
5 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	23
5.1 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.....	23
5.2 Estágio Supervisionado.....	26
5.3 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	28
5.4 Extensão Universitária.....	29

6 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR.....	31
7 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	32
7.1 Avaliação do Corpo Discente.....	32
7.2 Avaliação do Corpo Docente.....	33
7.3 Avaliações Externas.....	33
8 PERFIL DO PROFISSIONAL – FORMAÇÃO GERAL.....	34
8.1 Perfil do Ingressante.....	34
8.2 Perfil do Egresso.....	34
9 ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO.....	37
10 DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINA.....	39
11 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	42
11.1 Disciplinas Obrigatórias.....	42
11.2 Disciplinas Optativas.....	59
11.2.1 Optativas ofertadas pelo Curso Letras Espanhol.....	60
11.2.2 Optativas ofertadas pelo Curso Letras Português.....	63
11.2.3 Optativas ofertadas pelo Curso Letras Inglês.....	64
11.2.4 Optativas ofertadas pelo Curso Pedagogia.....	67
11.2.5 Optativas ofertadas pelo Curso Matemática.....	69
12 CORPO DOCENTE.....	71
13 INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL.....	75
14 REFERÊNCIAS.....	77
ANEXOS.....	82
ANEXO A: REGULAMENTO DE ESTÁGIO.....	83

ANEXO B: REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	93
ANEXO C: REGULAMENTO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES.....	97

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	Licenciatura em Letras Espanhol	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2013	
CAMPUS	Apucarana	
CENTRO DE ÁREA	Centro de Ciências Humanas e Educação	
CARGA HORÁRIA	Em horas/relógio: 3.210	
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	

1.1 Turno de Funcionamento da Vagas

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE		
FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input checked="" type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas: Número de vagas: Número de vagas: 20 Número de vagas:

1.2 Dimensão Histórica

A Universidade Estadual do Paraná – Unespar – é uma instituição de ensino superior pública e gratuita, com sede no Município de Paranavaí, criada pela Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, Lei Estadual nº 15.300, de 28 de setembro de 2006 e pela Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013. Está vinculada à SETI – Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e Ensino Superior – onde tem assegurado orçamento próprio.

A Unespar constitui-se em uma das sete universidades estaduais públicas do Paraná, abrangendo os seguintes campi: Curitiba I, Curitiba II, Campo Mourão, Apucarana, Paranavaí, Paranaguá, União da Vitória e a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial

Militar de Guatupê, unidade especial, vinculada academicamente à Unespar, por força do Decreto Estadual nº 9.538, de 05 de dezembro de 2013.

Nos sete campi da Unespar, estudam 10.617 estudantes, matriculados em 67 cursos de graduação, sendo 29 cursos de Bacharelado e 37 de Licenciatura. Além de contar com estudantes dos municípios citados, também recebe estudantes de outras regiões do estado do Paraná e de outros estados da federação, consolidando-se como universidade pública estadual, de abrangência nacional. Além da graduação, a Unespar, hoje, em sua estrutura, conta com um Minter com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e dois Dinters com a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Também estão em funcionamento quatro Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em nível de Mestrado, devidamente aprovados pela CAPES, sendo um no *campus* de Paranavaí, dois no *campus* de Campo Mourão e um no *campus* de União da Vitória, em atenção às orientações do CEE, com a expectativa de criação de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

De acordo com o Relatório de Atividades Acadêmicas e administrativas do exercício de junho de 2015 a junho de 2016, apresentado ao Conselho Estadual de Educação – CEE para conhecimento das ações desenvolvidas pela Unespar no período 2015-2016 (referência mais atualizada, imediatamente anterior à submissão deste PPC), o quadro docente da IEES quanto a titulação e regime de trabalho está expresso na figura 1.

UNESPAR – DOCENTES 2016 – Titulação e tipo de Contrato



Figura 1: Relatório de Atividades Acadêmicas e Administrativas da Unespar (06/2015 a 06/2016)¹.

A Unespar satisfaz referenciais de qualidade para ensino, extensão e pesquisa em nível superior e tem como missão gerar e difundir conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional.

A história dos cursos de Letras da Unespar, semelhante às outras universidades públicas do Estado, transcende a várias décadas, encontrando suas raízes nas antigas e quase sempre nominadas de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. No caso da Unespar, sua primeira raiz está na Faculdade de Filosofia de Paranaguá, hoje *campus* de Paranaguá, com início de funcionamento datado de 03/02/1960. Os cursos de Letras Neolatinas e Neogermânicas desta faculdade foram autorizados pelo Decreto-lei nº 47.667, de 19/01/60. Atualmente, o *campus* oferece Letras Português e suas respectivas Literaturas e Letras Português-Inglês e respectivas Literaturas.

A segunda raiz dos cursos de Letras da Unespar está no curso de Letras Português-Inglês do *campus* de União da Vitória (FAFIUV), criado como licenciatura curta, em 1966, autorizado pela Lei Estadual nº 5320, de 10/05/66, e transformado em Licenciatura Plena pelo Decreto Estadual nº 21692, de 27/04/70. Foi reconhecido pelo Decreto Federal nº 74750, de 23 de outubro de 1974. Atualmente o *campus* oferta Letras Português-Inglês e Português-

¹ Disponível em <http://www.unespar.edu.br/a_unespar/institucional/documentos_institucionais/relatorio-cee-2015-2016>. Acesso em: 28 jun. 2018.

Espanhol. Quase que concomitantemente ao curso antes mencionado surge no Estado o curso de Letras da FAFIPA, hoje *campus* de Paranavaí, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação pelo Parecer 1/66, de 07 de janeiro de 1966, como licenciatura curta. Em 1971, foi reconhecido e autorizado pelo MEC como licenciatura plena em Português-Inglês e respectivas literaturas.

O curso de Letras do *campus* de Campo Mourão, antes *Facilcam*, depois *Fecilcam*, é um pouco mais recente na cronologia iniciada acima. Teve início em 03/06/1974, como licenciatura curta, com reconhecimento acontecido em 14/10/76, por meio do Decreto Federal nº. 78.579/76. Em 1983, por meio da Portaria nº 70-MEC de 17/02/83, passou a funcionar como licenciatura plena, com as habilitações em Português - Inglês e respectivas literaturas. Foi estadualizada em 1987.

Finalmente, os Cursos de Letras da Unespar, *campus* de Apucarana, os mais novos na história desta universidade, surgiram como licenciaturas únicas em Espanhol, Inglês e Português e respectivas literaturas (CES/CEE Nº 21/12). Contrariando as raízes históricas e tradicionais antes mencionadas, estes Cursos têm suas origens na Faculdade de Ciências Econômicas, antes FECEA, agora *campus* de Apucarana. Criados a partir de uma reorientação de vagas dos cursos de bacharelado, as licenciaturas se apresentam como diferencial desta universidade para fazer o enfrentamento aos grandes desafios que se nos apresentam na contemporaneidade.

1.3 Programa de Reestruturação de Curso: Articulação entre os Cursos de Letras da Unespar

Iniciado em agosto de 2015, o Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da Unespar teve por objetivo principal a consolidação de um projeto universitário público, por meio do estabelecimento de uma política institucional voltada ao fortalecimento, qualificação e articulação de seus cursos de graduação. O Programa envolveu diversas ações, coordenadas pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD/UNESPAR), e mobilizou um grande número de docentes na reformulação dos projetos pedagógicos de 67 cursos, distribuídos nos sete *campi* da Unespar.

Para tanto, como metodologia eleita, instituíram-se Grupos de Trabalho (GT) constituídos por docentes de cursos afins. No caso do GT de Letras, houve representantes de

cinco *campi*: Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá, Paranaíba e União da Vitória. A primeira reunião ocorreu em Campo Mourão, em setembro de 2015, e, desde então, ficou explícito que os cursos, apesar de apresentarem muitas diferenças, partilhavam de dificuldades semelhantes. Assim, tendo como foco o enfrentamento das dificuldades comuns, em sua segunda reunião, os membros do GT deliberaram sobre quais as concepções fundantes dos cursos, ficando acordado que os textos em que as referidas concepções estariam explicitadas seriam produzidos por todos, de modo colaborativo, a fim de proporcionar uma real aproximação conceitual e uma identidade aos cursos de Letras da Unespar.

Mais duas outras reuniões, organizadas pela PROGRAD/UNESPAR, aconteceram, oportunidades em que os membros do GT aprovaram os textos coletivos e foram realizadas discussões sobre objetivos dos Cursos, perfis do ingressante e do egresso, bem como sobre as matrizes curriculares. Como forma de conclusão dos trabalhos, em abril de 2018, foi organizado um encontro em que os membros do GT de Apucarana, Campo Mourão e Paranaguá reuniram-se para identificar as articulações possíveis entre os diferentes PPCs, antes de apresentá-los às instâncias superiores da universidade. Para além da tarefa objetiva de reestruturação dos PPC, o GT de Letras indicou a necessidade de continuidade dos trabalhos de articulação entre os cursos, sugerindo o estabelecimento anual do Fórum dos Cursos de Letras da Unespar como espaço privilegiado de debates e discussões sobre a formação de professores de línguas e literaturas no Estado do Paraná.

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

Neste capítulo apresentam-se as leis que regulamentam e norteiam o curso de Letras Espanhol.

2.1 Autorização do Curso

- Decreto de Autorização nº 5242/2012
- Parecer CES/CEE nº 20/2012

2.2 De Reconhecimento do Curso

- Parecer CEE/CES nº 02/2017

- Decreto 6861

2.3 Legislação Básica

- Parecer CNE/CES nº 1.363/01, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras;
- Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras;
- Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências;
- Lei nº 11.788, de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio de estudantes;
- Resolução CNE/CP nº 002/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- Parecer CES/CEE nº 23/11, de 07 de abril de 2011, que trata da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- Deliberação CEE-PR nº 04/2006: Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Deliberação CEE/PR nº 04/2013: Normas estaduais para a Educação Ambiental;
- Deliberação CEE/PR nº 02/2015: Normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos;
- Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024): Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 Justificativa

O Curso de Letras Espanhol do *campus* de Apucarana foi implantado em 2013 e seu Projeto Político Pedagógico foi construído procurando atender algumas expectativas da

comunidade que vinham sendo atendidas por uma fundação municipal no que diz respeito à formação de professores para a Educação básica.

Desde o início de seu funcionamento, os professores perceberam que muitas disciplinas apresentavam os mesmos conteúdos ou ainda prescindiam de conhecimentos prévios necessários que não eram vistos em tempo hábil. Assim, houve um movimento de tentar organizar essas questões, mas, como o curso ainda não havia sido reconhecido, não foi possível alterar as ementas ou fazer qualquer outra alteração.

Em 2015, a Unespar instaurou o Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação. Dentre seus objetivos principais, destacam-se:

- 1) Contribuir para a consolidação do projeto universitário público, por meio do estabelecimento de uma política institucional voltada ao fortalecimento, qualificação e articulação de seus cursos de Graduação;
- 2) Adequar-se às novas políticas para a formação de professores (Resolução CNE/CP nº 02/2015 e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências)

Assim, o Programa oportunizou a reformulação curricular, juntamente com as adequações necessárias às políticas vigentes. Entende-se que a necessidade de alteração do Projeto Pedagógico de um curso não é um fato corriqueiro e aligeirado, mas é fundamental que seja feita levando em conta os aspectos contextuais, que atendam às necessidades regionais, mas que também atendam aos padrões de qualidade necessários.

Por essa razão, considerando as possibilidades de diálogo com outros campi e respeitando as características da nossa região, verificamos que as atividades de reestruturação de cursos possibilitam discutir as carências já levantadas e também proporcionar oportunidade de amadurecimento a outras frentes de mudanças.

3.2 Concepção, Finalidades e Objetivos

3.2.1 Sociedade, educação e universidade

A sociedade é constituída e constituidora do ser humano e, como ele, desenvolve-se e torna-se cada vez mais complexa em sua totalidade no decorrer do processo histórico da

evolução do homem cujo intercâmbio entre ele mesmo e a natureza, a linguagem, o pensamento e a sociabilidade como complexos universais asseguraram a reprodução da vida humana e seu desenvolvimento nos diversos modos de produção até seu estágio atual, o capitalismo. Nele, as relações sociais partem de valores de troca, preterindo a integridade do ser social ao seu estado mais fragmentado, como uma mercadoria, em uma luta constante que é inerente a uma sociedade de classes. Dessa forma,

[...] o gênero humano tem se tornado cada vez mais livre e universal, mas essa liberdade e universalidade não se têm verificado na vida da grande maioria dos homens singulares. Quer dizer, hoje já existem objetivações genéricas (objetivações do gênero humano) que resolveriam grandes problemas da humanidade, mas a estrutura da sociedade em que vivemos não permite que a grande maioria dos indivíduos tenha acesso a elas. Nesse sentido, esses indivíduos estão alienados frente a esses produtos da atividade humana (OLIVEIRA, 2001, p. 5).

Assim, ao passo em que há um grande desenvolvimento da humanidade, ocorre, em contrapartida, uma fragmentação do ser singular, ou seja, uma alienação ou inacessibilidade aos bens produzidos por ele mesmo.

Para que a exploração do homem pelo homem deixe de existir, Marx (1873/1968/1982/2011) enuncia a necessidade do surgimento de um novo homem (VIGOTSKI, 1934/2009). Um homem livre, não alienado, conhecedor da realidade, e, portanto, capaz de protagonizar o surgimento de uma nova sociedade. Para isso, são primordiais condições materiais, resultados “de um longo e penoso processo de desenvolvimento” (MARX, 1873/1968/1982/2011), fruto da história do desenvolvimento histórico do homem e, portanto, da sociedade.

A educação como parte constituinte dessa sociedade tem como um de seus princípios básicos a formação integral do ser humano. Nesse sentido, é de extrema relevância a concepção de Vigotski (1934/2009) e Saviani (2003) de educação como “produção do saber”, atribuindo à escola a transmissão dos conhecimentos sócio historicamente elaborados pela humanidade. O último autor define a produção do saber como o conjunto da produção humana que inclui ideias, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades. Com efeito, “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos

homens.” (SAVIANI, 2003, p.13). Para que isso ocorra, o professor torna-se protagonista no ato de ensinar conhecimentos científicos, culminando no eventual desenvolvimento integral do estudante.

Para Saviani, o conhecimento científico, a partir de uma perspectiva materialista-histórico dialética, é fundamental para evitar a diluição dos valores morais e a efemeridade das informações e conhecimentos, consumidos e descartados com extrema rapidez no contexto em que a pós-modernidade se torna cada vez mais evidente em todas as instâncias da sociedade. Convergentes com essa posição, Mézaros (2009) e Duarte (2000) afirmam que essa diluição é um dos exemplos que resultam no que eles denominam de crise estrutural da sociedade capitalista que, em sua essência, opõe-se ao desenvolvimento integral do ser humano, acentuando o processo de alienação.

Frente a essa constatação, a universidade deveria ser regida pelo princípio da universalidade do conhecimento e sua sistematização (CHAUÍ, 2003), ancorada na concepção de uma universidade pública, gratuita, laica e autônoma que desenvolva, em suas práticas, não apenas os aspectos cognitivos, mas também os éticos, expressivos e afetivos. Essa universidade, no seu humanismo, tem como objetivo principal a exploração de todas as dimensões (PIMENTA, ANASTASIOU, 2002) do desenvolvimento humano, buscando formar educadores que deem conta dessa totalidade.

Nessa acepção, Martins (2008) corrobora a necessidade de a universidade exercer sua função social como uma instituição social (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002; CHAUÍ, 2002; DIAS SOBRINHO, 2005; entre outros) em que se torna um “espaço institucional histórico de formação humana, reflexão crítica, produção e socialização de conhecimentos que atendam à construção da cidadania, numa globalização da vida e dignidade humana”. (MINGUILI, CHAVES e FORESTI, 2008, p. 43) em oposição a uma ideia de universidade como organização social, na qual ocorre uma fragmentação das atividades e o abandono da pesquisa. Nesse caso, a política neoliberal estabelece metas ligadas a ideias de sucesso e eficácia em relação a determinados objetivos propostos, não cabendo à universidade questionar a sua existência e/ou a sua função no interior da luta de classes.

Por outro lado, como instituição social, que é o papel que lhe deve ser imputado, busca-se a universalidade (CHAUÍ, 2003). Para a autora (2003, p.6), isso significa que “[...] a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa,

enquanto a organização tem apenas a si mesmo como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares.”

Nessa perspectiva, entendemos que a Universidade, a partir de sua natureza pública e laica, conquistando sua legitimidade enquanto uma instância de autonomia do saber científico em relação à Igreja e ao Estado, precisa assumir a práxis (MARX, 2002; MARTINS 2008) de resistência contra os discursos e práticas que buscam abreviar ou reduzir sua função na formação dos indivíduos. Seu desafio é o de resgatar e de ressignificar o papel de instância crítica da sociedade e de si mesma, como constituidora dessa história que, em um projeto coletivo, critica para ofertar mais para quem mais precisa, ou seja, os trabalhadores. O sentido que se busca, pois, é do humanismo que corrobora com a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento sustentável enquanto base para a dignidade das cidades, dos campos, do homem e do planeta. “Que a universidade não seja um motor da globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 173), assumindo seu compromisso ético-político com a busca por uma formação integral, humana e profissional, que contribua para o processo de emancipação social.

Importante ressaltar que as concepções acima explicitadas estão em consonância com os pressupostos fundadores da Unespar, uma vez que, em seu PPI (Projeto Político Institucional), podemos ler:

A Universidade Estadual do Paraná – Unespar tem por objetivos institucionais produzir, disseminar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e cultura, a produção do conhecimento, a reflexão crítica na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática. (PPI, 2012, p.12)

A Unespar, dessa maneira, assume seu papel de *instituição social* (em detrimento a uma concepção tecnicista e superficial) a partir de dois grandes compromissos. O primeiro compromisso está relacionado ao *princípio de qualidade* pautado na produção e na difusão de conhecimentos (científicos, tecnológicos e artístico-culturais). O segundo compromisso está centrado em uma política de *responsabilidade social*, cujos valores de liberdade, ética, identidade, responsabilidade, pluralidade, cidadania norteiam o planejamento de ações com

“vistas à promoção da inclusão social, desenvolvimento humano, social e integral, desenvolvimento econômico, respeito ao meio ambiente e à cultura.” (PPI, 2012, p.13).

3.2.2 Concepção de língua(gem)

Para além de conferir uma habilitação legal para o exercício da docência, o curso de graduação em Letras da Unespar busca atender à necessidade de desenvolver nos professores em formação conhecimentos, habilidades e posturas que possibilitem a formação de profissionais aptos a lidar com as manifestações de linguagem que permeiam o campo escolar, na contemporaneidade. Mais que dominar conhecimentos gramaticais, o professor precisa mobilizar uma gama de conhecimentos e de estratégias que viabilizem entrever a relação intrínseca entre linguagem, contexto sócio-histórico e práticas sociais.

Para tanto, o princípio norteador da proposta de trabalho do Projeto Pedagógico de Curso é a concepção de linguagem como processo de interação humana, que se constrói nas e pelas práticas sociais. A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da linguagem, sendo o diálogo, em sentido amplo, o que a caracteriza. Esse imperativo dialógico da linguagem está presente em toda forma discursiva produzida, pois a presença do outro é condição para a realização de qualquer produção linguística. Desse modo, tanto aquele que produz quanto aquele para quem se produz um enunciado, são sujeitos sociais ativos que se constroem e são construídos nesse processo. Para essa concepção, pautada nos pressupostos do Círculo de Bakhtin,

[...] a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monolítica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação ou pelas enunciações (BAKHTIN, 2010, p. 127).

Nessa perspectiva, o diálogo realiza-se na linguagem em ações sócio historicamente situadas, que se concretizam a partir das condições de produção que circundam o ato de dizer e que são negociadas por meio de mecanismos linguístico-discursivos. Compreende-se, assim, a linguagem pelo seu caráter não neutro e parcial; por meio de seu uso, são produzidos discursos que materializam ideologias e relações de poder. Neste sentido, acredita-se que as práticas discursivas são construídas nas e pelas relações sociais e, numa via dupla, as práticas

sociais assinalam a emergência de práticas discursivas específicas. Portanto, faz-se necessário um estudo crítico da linguagem a fim de expor como sociedade e discurso interagem, pois, segundo Fairclough (1992) grande parte das mudanças que a sociedade tem sofrido estão relacionadas basicamente as práticas de linguagem, ou seja, a linguagem perpetua implicitamente relações de poder, inclusões e exclusões, controle, etc.

A linguagem, conseqüentemente, é o principal meio de interação entre o homem e a sociedade (não sei se sociedade ou mundo). É através dela que se cristalizam conceitos, ideologias, crenças e saberes, conforme já posto. Desse modo, todo discurso é dialogicamente uma resposta a outros enunciados que o precederam e aos que virão.

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p. 131-132).

Toda produção discursiva é, portanto, direcionada ao outro. Ao mesmo tempo, é, ainda, motivada pelo externo e social. Nesse elo discursivo ininterrupto, a literatura é um caminho que permite ao homem ampliar os caminhos que o levam ao conhecimento do seu universo, uma vez que as manifestações literárias, em seus vários gêneros, funcionam como um organismo vivo da linguagem, propiciando, paralelamente ao domínio da língua, o aprimoramento de uma personalidade consciente de si e do mundo de forma dinâmica e renovadora, consoante à perspectiva de linguagem assumida.

Ao compreendermos a linguagem como interação e ao assumirmos uma visão literária em que, concomitantemente a linguagem está impregnada de relações dialógicas, valores e conceitos socialmente instituídos, a noção de homem sustentada é a de sujeito de sua própria ação, no interior de uma sociedade constituidora e constituída ela mesma pelos sujeitos e pelas instituições democráticas.

3.2.3 Concepção de literatura

O conceito de “literatura” apresenta um desenvolvimento histórico-semântico que indica sua condição dialética, mormente considerada em duas definições interpenetrantes: a

interna, centrada na configuração poética do texto e a externa, de natureza social. Discutem-se, de um lado, diacronicamente, e sobre enfoques teóricos, críticos e metodológicos de diferentes orientações, o texto literário e suas especificidades, considerado em sua autorreferencialidade e conotação, através do princípio da literariedade; a relação do texto literário com outras noções como a intencionalidade e a hermenêutica do texto, a língua, o estilo e a função poética da linguagem; a mimese literária e a verossimilhança, o problema dos gêneros literários; a tradição literária, a historiografia e a formação do cânone; os procedimentos intertextuais, a leitura e seus princípios recepcionais e a construção de sentidos polissêmicos, além da questão do valor e da autoria.

De outro lado, a dimensão social e histórica da literatura insere estas e outras noções que gravitam em torno de um conceito formal de literatura, à multivalência do sistema “autor-público-leitor”, às complexas estruturas históricas, às relações de poder e às múltiplas condições ideológicas e discursivas que se capilarizam no campo literário, pondo em relevo o contexto de formulação e disseminação teórica sobre o literário, de forma revisionista. Atenta a demandas contemporâneas, esta perspectiva crítica problematiza as relações entre literatura e direitos humanos, o literário e sua função humanizadora e pedagógica, a recepção de textos literários e a sociologia da leitura, levando em conta determinantes sócio-históricos que incidem sobre a emergência de revisão do cânone literário, a fim de contemplar o debate público sobre a representação literária de autoria de minorias étnicas e sexuais e de outros temas de natureza social, inclusiva, e, portanto, multicultural. O aporte das discussões acerca o fenômeno literário na contemporaneidade conduz a investigação e a difusão da literatura, orientando-se por aproximações cada vez mais rentáveis entre os estudos literários e outros campos epistemológicos, reconhecendo, no limite, a experiência com a literatura, a produção de sentido e efeito estético, suas ressonâncias na construção de sujeitos históricos e na emancipação de consciências, como uma construção ininterrupta, dialógica, subjetiva e social.

Tendo como pressuposto que há uma intrínseca relação entre literatura e sociedade, uma vez segundo o crítico literário Antonio Candido (2000), a literatura é um produto social que exprime as condições do contexto histórico do qual se originou, em seu ensino no curso superior é fundamental observar os aspectos que a ligam “à estrutura social, aos valores e ideologias, às técnicas de comunicação” (CANDIDO, 2000, p. 21). Ainda segundo Candido (1989), a literatura é uma manifestação universal, “cuja satisfação constitui um direito”

(CANDIDO, 1989, p. 112). A partir dessa visão de que a literatura é um bem essencial, seu ensino deve ser voltado, conforme apontado antes, à intrínseca relação entre a sua forma estética e a dimensão social e ideológica, uma vez que, como aponta o crítico, “a organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro a se organizar; em segundo a organizar o mundo” (CANDIDO, 1989, p. 114). Isso aponta, com efeito, para o traço essencial da literatura, na concepção de Candido, que é a humanização, ou seja, aqueles traços essenciais ao homem que enriquecem nossa percepção e nossa visão de mundo. Dessa forma, a humanização propiciada pela literatura, ao contrário da visão maniqueísta de bem e mal, certo ou errado, aponta para traços essenciais da psique humana, ao agir no seu consciente e também no inconsciente. Em suma, compreende-se por humanização

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento da emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós, a quota de humanidade, na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 1989, p. 117).

Esse processo de “humanização”, enfatizado por Antonio Candido, encontra ressonância significativa em outro teórico da literatura, ao mencionar o interesse que deveria ter o texto literário em sua significação final, a análise das obras literárias em sua dimensão humana, restringindo-se o método ao sentido projetado pelo próprio texto. Assim diz Todorov (2009):

A análise das obras feita na escola não deveria mais ter por objetivo ilustrar os conceitos recém-introduzidos por este ou aquele lingüista, este ou aquele teórico da literatura, quando, então, os textos são apresentados como uma aplicação da língua e do discurso; sua tarefa deveria ser a de nos fazer ter acesso ao sentido dessas obras – pois postulamos que esse sentido, por sua vez, nos conduz a um conhecimento do humano, o qual importa a todos. (TODOROV, 2009, p. 89)

Vale ressaltar ainda que a literatura, além de propiciar o conhecimento por meio da organização das emoções, também remete aos conhecimentos intencionais que são injetados pelo autor para serem assimilados pelos receptores, ou seja, os leitores. Trata-se das

ideologias, das crenças que permeiam a obra literária e manifestam-se, portanto, por meio da literatura.

Portanto, a construção de uma sociedade justa pressupõe a garantia de que seus cidadãos tenham acesso à arte e à literatura, em todas as suas modalidades, pois a fruição destas são um bem e um direito inalienável.

Assim sendo, o papel da universidade é essencial, por propiciar o contato de estudantes de diferentes classes sociais, etnias e culturas do Curso de Letras com o texto literário em toda a sua pluralidade e diversidade, contemplando tanto a tradição clássica quanto as manifestações contemporâneas, como a literatura das minorias, aqui entendidas como a presença viva da literatura em sua dimensão histórica e social, representadas na produção de autoria feminina, na manifestação artística dos homossexuais, na criação da arte negra brasileira, sem esquecer a presença incontestável das literaturas africanas em língua portuguesa, consubstanciando não só o preceito legal de sua oferta nos cursos de Licenciatura, sobretudo pela relação histórica em que se encontram Brasil e África.

3.2.4 Concepção de ensino-aprendizagem de língua estrangeira

O ensino de Língua Estrangeira (doravante LE) e a sua produção de conhecimento no curso de graduação em Letras da Unespar pressupõem a análise reflexiva, o desenvolvimento e a apropriação de competências e de capacidades linguístico-discursivas e didático-pedagógicas, pelos professores em formação, para a transposição dos conhecimentos teórico-científicos em saberes ensináveis no âmbito da educação básica escolar brasileira.

A concepção humanística de ensino e aprendizagem de LE, na vertente da Pedagogia Crítica, entende o ensino como “[...] um empreendimento essencialmente humanístico e não tarefa afecta às elites ou estritamente metodológica, e a força da sua importância deve decorrer da relevância de sua função afirmativa, emancipadora e democrática” (GIROUX, 2005, p. 73).

No ensino de LE, a trilogia língua, cultura e identidade são aspectos prementes na inserção da práxis pedagógica do professor de LE. A língua, objeto de estudo dessa área de conhecimento, é concebida como um processo dialógico, social e de interação verbal (BAKHTIN, 1997). Nesta perspectiva dialógica bakhtiniana, a língua é estudada nas suas relações com a cultura, o sujeito e a identidade. Ensinar e aprender línguas é, também, ensinar

e aprender percepções de mundo e maneiras de atribuir sentidos; é formar subjetividades; é permitir que se reconheça no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau de proficiência atingido (PARANÁ, DCE-LEM, 2008).

A Linguística Aplicada, grande área de estudos que abrange os campos do ensino e aprendizagem de línguas e formação de professores de línguas estrangeiras, ancora-se nos pressupostos bakhtinianos quando apresenta uma concepção de língua pautada na prática social, uma língua real, falada pelo indivíduo, que concebe a variação linguística e que muda de acordo com a evolução histórica. Conforme Signorini (1998),

A LA tem buscado cada vez mais a referência de uma língua real, ou seja, uma língua falada por falantes reais em suas práticas reais e específicas, numa tentativa justamente de seguir essas redes, de não arrancar o objeto da tessitura de suas raízes (p. 101).

A proposta interacionista de Vygotsky, analisada no âmbito do processo de ensino e aprendizagem de línguas, indica que a interação entre o indivíduo e a cultura é fundamental para que o indivíduo se insira em um determinado meio cultural e, portanto, ocorram mudanças no seu desenvolvimento.

As Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2006) reconhecem que:

[...] é na interação em diferentes instituições sociais (a família, o grupo de amigos, as comunidades de bairro, as igrejas, a escola, o trabalho, as associações, etc.) que o sujeito apreende as formas de funcionamento da língua e os modos de manifestação da linguagem; ao fazê-lo, vai construindo seus conhecimentos relativos aos usos da língua e da linguagem em diferentes situações. Também nessas instâncias sociais o sujeito constrói um conjunto de representações sobre o que são os sistemas semióticos, o que são as variações de uso da língua e da linguagem, bem como qual seu valor social (BRASIL, 2008, p. 24).

Dessa forma, tem-se a concepção de língua como interação social, enquanto função social na aprendizagem de uma língua estrangeira e envolve os aspectos culturais e, dentro de tais aspectos, está entrelaçada à identidade, raça, etnia, dentre outros aspectos do sujeito (TEIXEIRA; RIBEIRO, 2012).

Ao entrar em contato com a língua do outro, o aprendiz pode se posicionar, reconhecendo a situação histórica, geográfica e cultural de seu país e, principalmente, respeitando as diferenças entre culturas, podendo ser capaz de estudar sobre a sua cultura e

a do outro com o olhar mais acentuado e crítico mudando, assim, a visão a respeito do outro e de si mesmo. Para tanto, segundo Moita Lopes (2002), o indivíduo aprende uma língua estrangeira para ter acesso a uma gama maior de informação, entender como outros vivem em outras partes do mundo, alargando novos horizontes, desenvolver uma compreensão crítica das desigualdades sociais em todos os níveis (classe social, gênero, sexualidade e raça).

O estudo de uma língua estrangeira pressupõe, portanto, a relação da língua com o sujeito e sua identidade. O sujeito é possuidor de uma identidade cultural, e a aprendizagem de uma LE o possibilita conhecer e conviver com outras culturas, levando-o a reconhecer que a identidade é constituída através da heterogeneidade e o contexto educacional é propício para ampliar essa relação.

Rajagopalan (1998) argumenta que a complexidade está presente nas questões que envolvem identidade, por se tratar de um referente que está constantemente em transformação: “[a]s identidades estão todas elas, em permanente estado de transformação, ebulição. Elas estão sendo constantemente construídas. Em qualquer momento dado, as identidades estão sendo adaptadas e adequadas as novas circunstâncias que vão surgindo” (RAJAGOPALAN, 1998, p. 26).

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral do Curso

Formar professores e pesquisadores na área de língua espanhola e respectivas literaturas, capazes de desempenhar o papel de multiplicadores do saber, possibilitando a reflexão sobre suas próprias práticas, a fim de que busquem melhorias no processo de ensino e de aprendizagem e na interação com seus alunos por meio da pesquisa e da extensão.

4.2 Objetivos Específicos

- Garantir um embasamento teórico sólido das diferentes abordagens que fundamentam as investigações de língua e de linguagem;
- Propiciar uma reflexão constante do movimento dinâmico existente entre linguagem, pensamento e realidade;

- Conscientizar o aluno de que a língua é um construto sócio histórico, ideológico e identitário;
- Proporcionar uma postura reflexiva em relação ao ensino da língua espanhola, apontando problemas, sugestões, propostas metodológicas, visando à formação de profissionais competentes;
- Propiciar ao aluno a percepção da evolução da língua espanhola, para que ele consiga analisá-la, descrevê-la e explicá-la, diacrônica e sincronicamente;
- Incitar no aluno a percepção do fato literário como objeto de linguagem;
- Proporcionar a leitura de um repertório vasto de literaturas, ampliando o horizonte de leituras do aluno, para que ele esteja apto a identificar relações intertextuais com obras de literatura universal;
- Proporcionar a reflexão sobre as condições de enunciação do texto literário diante das diferentes tramas discursivas da cultura contemporânea;
- Contextualizar o ensino de língua e literaturas no quadro político, social e escolar brasileiro;
- Propiciar o desenvolvimento do aluno para aproveitamento e uso formativo das tecnologias de informação e comunicação no ensino-aprendizagem de línguas;
- Ampliar a percepção do aluno em relação à multisssemiose presente no meio virtual e sua função nas práticas comunicativas contemporâneas;
- Possibilitar o desenvolvimento da competência Intercultural, para que aluno saiba atuar como um mediador cultural, desprendido de preconceitos e de visões estereotipadas sobre o modo de viver e agir do Outro;
- Delinear um conjunto de conhecimentos e atitudes possíveis e desejáveis a um professor da Área de Letras;
- Proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício de reflexões que levam à formação de uma consciência crítica e comprometida com a construção da cidadania.

5 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

5.1 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto como requisito indispensável às universidades pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 207.

Alicerçando-se em Pinto (1986), na tentativa de contribuir para desconstruir a imagem de que a universidade privilegiaria “como saber o conhecimento gerado por seus cientistas” e, em contrapartida, ignoraria “não apenas o conhecimento popular como também a realidade em que está inserida”, Magalhães (2007, p. 169) afirma que:

[...] grupos ligados às lutas populares influenciaram na inclusão, no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, que passa a ser um requisito identitário essencial às instituições que querem se firmar como universidade.

A compreensão do princípio da indissociabilidade deve se dar pelas vias paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, não se restringindo ao aspecto conceitual ou legislativo. Tal fato relaciona-se à função e à razão de ser das universidades que se vinculam historicamente às aspirações e aos projetos nacionais de educação.

Cabe destacar que a LDB 9394/96, em seu Capítulo IV, que trata da Educação Superior, omitiu o princípio da indissociabilidade, deixando que leis complementares tratassem da questão. Todavia, como destaca Martins (2008, p. 73), “as universidades continuam imbuídas dessas funções”.

Nesse sentido, a Universidade Estadual do Paraná – Unespar destaca como um de seus princípios direcionadores a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ressaltando que sua missão incide não apenas na *promoção* do conhecimento, mas também na sua *produção*, com o fim de promover a cidadania e o desenvolvimento humano. No Plano de Desenvolvimento Institucional da Unespar (PDI), podemos ler que:

A Universidade Estadual do Paraná tem por missão gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional, estadual e nacional e internacional (PDI, 2011, p.31).

Como se vê, o modelo de universidade defendido em nosso PDI é o que propõe que o processo educativo ocorrido no ensino superior não seja apenas para a formação de um profissional voltado ao mercado de trabalho, mas para a formação de um indivíduo gestado e aparelhado intelectual, cultural e socialmente, de modo que consiga promover o desenvolvimento humano em sua plenitude. Esta afirmação coaduna-se com o proposto por Martins (2008), quando o autor ressalta que a função básica do processo educativo é a humanização plena. Compreendemos, pois, que essa humanização plena pode vir a ocorrer quando desenvolvemos nossas atividades institucionais tendo presente a indissociabilidade entre as práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Seguindo pelos documentos oficiais da Unespar, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) afirma que o “ensino é indissociável da pesquisa, a qual gera conhecimento e produz ações na extensão, orientando-se segundo a diretriz de uma visão clara do perfil do egresso definido segundo a Missão da Universidade” (PPI, 2012, p. 20). Dessa forma, a articulação entre pesquisa e ensino só tem sentido quando estiver também articulada com a extensão.

Considerando-se que a pesquisa é o processo de produção de conhecimento, com base em uma metodologia específica, que visa à busca de respostas a questões específicas, esse processo deve também orientar-se em uma perspectiva ética, uma vez que o pesquisador deve ter por característica intrínseca a responsabilidade social em relação a sua produção (PPI, 2012, p. 22).

O compromisso ético está também presente nas atividades da extensão que, por sua vez, ao articular diferentes atores sociais, busca a difusão e a disseminação dos conhecimentos produzidos pela pesquisa a fim de que estes se tornem acessíveis à sociedade, possibilitando uma transformação social. Partindo de uma concepção crítica e emancipatória, o PPI da Unespar salienta que

[...] a extensão universitária deve priorizar ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil, sendo entendida como trabalho social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimento que levem à transformação social (PPI, 2012, p.25).

Verifica-se, portanto, que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto nos documentos oficiais da Unespar como fundamento metodológico, aproximando universidade e sociedade “como condição para uma formação teórico-crítica indispensável ao sujeito prático” (MARTINS, 2008, p. 83).

Por essa razão, o tripé proposto fomenta um modelo de produção, reflexão e interação do saber científico, procurando um distanciamento cada vez maior do tradicionalmente consagrado modelo de pura transmissão do conhecimento. Nessa direção, o curso de Letras, visa ao diálogo interdisciplinar como meio para relacionar as práticas universitárias. A articulação dos saberes permite que um mesmo objeto possa ser analisado/observado sobre a prática do estudo e do ensino, vinculados às práticas sociais.

A tridimensionalidade do fazer universitário transcende a pura transmissão do conhecimento, o ensino abstrato e desconexo das realidades sociais. Ao promover a articulação do ensino e pesquisa, da pesquisa e extensão, e da extensão e ensino, contribui para uma formação acadêmica em que se abre espaço para:

- a) produção do conhecimento científico a partir das demandas sociais;
- b) interação sociedade e universidade;
- c) articulação, reflexão e (re)construção de saberes;
- d) práxis² pedagógica;
- e) aprendizagem e ressignificação de técnicas pedagógicas;
- f) formação e reflexão profissional.

Desse modo, a formação do profissional de Letras pode conduzir ao conhecimento da realidade social e a determinação finalidades para sua transformação, dialogicamente mediados pelo processo de teorização. Afinal, parafraseando Marx, conhecer e interpretar a realidade não bastam, é preciso transformá-la.

Para tanto, segundo Magalhães (2004),

[...] temos a considerar o fato de que a interação do tripé exige uma postura diferente do professor dentro da universidade, passando de uma atitude

² Compreendida não simplesmente como uma prática de inobserância teórica, mas assumida como uma atividade teórica, “material, transformadora e ajustada a objetivos”, conforme pontua Vásquez.

simplesmente instrucionista, informativa, para a de mediador do processo de construção do conhecimento.

Enfim, nossa proposta é de que se adotem metodologias que concebam a Pesquisa e a Extensão como estratégias de ensino, pois “ao realizar suas pesquisas, o pesquisador, quando entra em sala de aula, tem um nível de informações mais profundo e atualizado, do mesmo modo que também suas reflexões são mais aprofundadas e contextualizadas.” (MAGALHÃES, 2004)

Sob o ponto de vista da formação discente visando a sua cidadania, o Ensino deve estar voltado para o desenvolvimento da capacidade de criticar, de formar grupos e parcerias, de planejar, de propor e realizar ações em conjunto. Tais competências, específicas da formação para cidadania, podem ser propiciadas por meio da Pesquisa e, sobretudo, da Extensão (MAGALHÃES, 2004)

Os cursos de Letras da Unespar visam, portanto, a democratizar as atividades de Pesquisa e Extensão (...) de modo a “torná-las presentes no cotidiano da formação do futuro profissional” ao almejar a realização de “um ensino a partir da imersão do aluno na vida; da Universidade na Comunidade.” (MAGALHÃES, 2004) Afinal, conforme pontuam Queiroz, Glória e Santiago, (2005, p. 6),

[...] as reflexões com os alunos sobre as vivências e novas descobertas levam à constatação de que a partir do momento em que eles percebem a contextualização do conteúdo ensinado na sua prática profissional futura se tornam mais motivados no aprofundamento dos conteúdos curriculares.

Paralelamente, os autores concluem que, “Professores-pesquisadores universitários, ao promoverem o trânsito de experiências (...) trilharão caminhos para a indissociabilidade pesquisa, ensino, extensão na formação de novos profissionais” (QUEIROZ, GLÓRIA e SANTIAGO, 2005, p. 6)

5.2 Estágio Supervisionado

O agir docente é constituído do processo pelo qual o estudante passa em seu trajeto educacional, sendo que boa parte deste vem do contexto formal de ensino; sua formação influencia diretamente seu posicionamento profissional. Pimenta e Lima (2010, p.61) afirmam que

[...] o estágio como campo de conhecimento e eixo curricular central nos cursos de formação de professores possibilita que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção da identidade, dos saberes e das posturas específicas ao exercício profissional docentes.

A disciplina Estágio Supervisionado, nos cursos de Letras, tem por objetivo possibilitar ao graduando uma experiência, orientada, nos processos que envolvem as funções do professor. Ainda que o discente já tenha atuado, ou esteja atuando, como professor, o Estágio é de muita relevância para que ocorra o pensamento crítico sobre o agir docente. Nesta disciplina, o estudante recebe orientações diretas para compreender o elo entre teoria e prática. O professor supervisor, da IES, acompanha o desenvolvimento do aluno-professor, orientando-o para um agir cada vez mais consciente e responsável.

O Estágio deve ser cumprido dentro dos períodos letivos regulares. A carga horária total prevista na matriz curricular do curso, em obediência à Resolução CNE/CP nº 002/2015, é de 400h, sendo 100 h cumpridas durante o 2º ano, 150h no 3º e 150h no 4º ano.

No 2º ano do curso, o aluno do curso Letras Espanhol observa diferentes contextos de ensino, públicos e privados, tendo como objetivo compreender e analisar, de modo teórico-reflexivo, vários sistemas e práticas educativas.

Nos 3º e 4º anos, já tendo um conhecimento prévio sobre os campos de atuação docente, o(a) licenciando(a) se insere em um (ou mais) contexto educacional para realização da observação, regência e, de modo crítico-reflexivo, produz um relatório de todas as fases vivenciadas.

Como atualmente a língua espanhola não é de oferta obrigatória no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o curso Letras Espanhol adequa-se ao regulamento de estágio dos cursos de Letras (anexo A) realizando, no 3º ano, o estágio em centros públicos de idiomas ou por meio de cursos e oficinas ofertados, prioritariamente, a alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas (50% ou mais); no 4º ano, por meio de cursos e oficinas ofertados, prioritariamente, a alunos do Ensino Médios (50% ou mais).

Para organizar o Estágio Supervisionado, seu planejamento ocorre em duas modalidades: a convencional e a não-convencional. Por convencional entende-se o estágio executado conforme as etapas de observação, participação e direção de classe. Por não convencional, compreende-se as atividades em tempos variados, que visam enriquecer a

formação do licenciando; contempla as atividades de organização, preparação, reflexão, socialização e produção de material avaliativo.

A distribuição da carga horária para cada modalidade é organizada a partir dos objetivos do curso e das necessidades apresentadas pelos campos de Estágio.

Conforme consta no regulamento de estágio dos cursos de Letras, o estágio também poderá ser realizado via programas e projetos devidamente aprovados pela IES (PIBID, Residência Pedagógica e outros que venham a surgir como oportunidade para relação teoria e prática na formação docente).

5.3 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Conforme regulamento (anexo B), o Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório do Curso de Letras Espanhol e deve ser desenvolvido no 3º ano do curso (no formato de projeto de pesquisa, em língua espanhola) e no 4º ano do curso (no formato de artigo científico, em língua espanhola). Ao longo deste processo, tanto no 3º quanto no 4º ano, e com base nos conhecimentos adquiridos durante o curso, o licenciando terá direito à orientação por parte de um docente.

De forma geral, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) visa propiciar à formação dos licenciandos a integração entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo como principais objetivos:

- I. Desenvolver no acadêmico a habilidade de produzir um trabalho científico (desenvolver pesquisa), à luz da prática vivenciada nas atividades de Extensão, do Estágio Curricular Supervisionado e/ou dos conceitos adquiridos nos demais componentes curriculares oferecidos pelo Curso;
- II. Iniciar o discente na prática do desenvolvimento da pesquisa científica, preparando-o para o ingresso em cursos de pós-graduação que venham a permitir o aprofundamento dos tópicos apresentados no curso de graduação;
- III. Formar no discente a disposição para a construção do conhecimento, amparada na interrogação de base científica, a fim de que possa alcançar efetiva autonomia intelectual.

Além da produção escrita, seja do projeto de pesquisa, seja do artigo científico, o curso de Licenciatura em Letras Espanhol terá como avaliação parcial a apresentação oral com

arguição junto a uma banca avaliadora, em evento de pesquisa realizado pelo/a docente responsável pela disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

5.4 Extensão Universitária

A concepção de extensão universitária tem sido fruto de debates e discussões e no decorrer da história da universidade no Brasil. Passou por diversas transformações e “[...] durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania.” (FORPROEX, 2006, p. 20). Com promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como a base da organização das universidades brasileiras, e após amplo debate, em 2010, foi apresentado o seguinte conceito:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. Tomando por base este conceito, a Lei Nº 13.005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação – PNE determina em sua Meta 12 que as instituições de ensino superior devem: “Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (Meta 12.7).

Considerando o caráter da indissociabilidade, no escopo do presente PPC (conforme detalhado em “Metodologia e Aprendizagem”, no Item 3. Organização didático-pedagógica), o curso de Letras/Espanhol da Unespar/Apucarana dá ênfase ao desenvolvimento de atividades que, coadunadas àquelas mais voltadas à prática docente, priorizam a manutenção e realização concreta desse sistema tríplice e indissociável.

Anualmente, são ofertados projetos extensionistas que partem do ambiente acadêmico e se estendem à comunidade em geral. Estes projetos são liderados por nossos professores, mas também podem partir de iniciativas individuais de membros do nosso corpo docente, ou de parcerias com órgãos e instituições externas à universidade. Nesse contexto, os alunos regularmente matriculados no curso, além de egressos, alunos provenientes de outros cursos e outros sujeitos de toda a sociedade, são convidados a tomar parte não apenas como participantes/ouvintes, mas também no plano da Organização e execução. Tais

atividades extensionistas partem das necessidades apresentadas pela comunidade acadêmica em relação aos correntes contextos de ensino/aprendizagem de língua espanhola, priorizando a Educação Básica pública, mas não se restringindo a esta. Estes projetos objetivam relacionar mais efetivamente Universidade-Escola e provocar alterações no grupo de participantes de ambos os contextos, conforme as demandas que apresentam.

Há ainda a proposta de desenvolvimento periódico de eventos científicos, que alinham Extensão e Pesquisa em um único ato, contando com o incentivo ao envolvimento de nossos alunos tanto no plano de execução, enquanto membros de comissões Organizadoras, quanto na participação enquanto pesquisadores, divulgando os resultados de suas pesquisas acadêmicas.

Sendo assim, levando em conta as atividades extensionistas que já vimos desenvolvendo por meio de projetos, bem como o conceito ampliado de extensão definido pelo FORPROEX e a determinação da Lei nº 1.3005/2014, o Curso de Letras/Espanhol da Unespar de Apucarana, após reuniões e discussões organizadas pela Pró-reitoria de Graduação e Pró-reitoria de Extensão e Cultura, Organizou a curricularização da extensão da seguinte maneira:

- a. Disciplinas dedicadas à iniciação de extensão, abordando conceitos e práticas e a elaboração e desenvolvimento de projetos;
- b. Participação de estudantes em programas, projetos e cursos de extensão como Atividades Acadêmicas Complementar (anexo C).

Atendendo a estes critérios, a curricularização da extensão no curso de Letras espanhol da Unespar de Apucarana se dará nos seguintes componentes:

Série	Componente	Carga horária
2º ano	Disciplina: Extensão Universitária I: bases teóricas	60 h
2º ano	Extensão Universitária II: implementação de projetos de extensão	60 h
3º ano	Extensão Universitária III: reflexão teórico-prática	60 h
Todas	Atividades Acadêmicas Complementares: participação em programas (PIBID, Residência Pedagógica, PIBEX...) projetos institucionalizados pela Unespar e/ou cursos de extensão.	140 h

A integralização das atividades requer que os estudantes e os professores envolvidos elaborem um cronograma que defina como serão distribuídas as atividades no turno das aulas e em outros horários compatíveis com o acesso da comunidade ao projeto, como anfiteatros, salas de aula, laboratórios e espaços públicos do *campus* ou outras áreas de acesso à população como escolas, teatros, praças, entidades de atendimento ao público e locais de eventos.

No intuito de acompanhar, orientar e certificar as atividades de extensão, o curso de Letras Espanhol da Unespar de Apucarana elaborará um regulamento de curricularização da extensão com a definição de um Coordenador de Extensão.

6 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Nos últimos anos, sobretudo a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), observamos esforços políticos no sentido de atribuir um novo sentido orientador às licenciaturas em marcar uma identidade revelada como formadora de professores para a educação básica, distanciando-se dos propósitos do bacharelado. Em conformidade ao previsto nas Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica, os Cursos de Licenciatura devem ofertar, no mínimo, 400 horas de carga horária, relativas à Prática como Componente Curricular (PCC), como determina a Resolução CNE/CP nº 02/2002 (Art. 1º). A PCC é compreendida como espaços para realização/socialização de práticas de ensino, de convivência no ambiente escolar, de práticas de experiências formativas na educação formal e/ou não formal.

No curso de Letras Espanhol da Unespar de Apucarana, a PCC consiste no conjunto de atividades que leva o licenciando a articular conteúdo de disciplinas com aspectos da prática/do profissional docente, sob a orientação do professor formador responsável pela disciplina. A orientação de base legal sugere que tais práticas sejam conduzidas de forma a permear todo processo formativo inicial do futuro professor. Neste curso, a porcentagem de carga horária de PCC é atribuída a componentes curriculares do 1º ao 4º ano do curso e está especificada na matriz curricular ao lado da carga horária teórica, totalizando 500 horas à conclusão do curso. Estão previstas, também, no ementário das disciplinas, bem como,

detalhadas e organizadas, tanto estruturalmente quanto de sua proposta avaliativa, nos planos de ensino das disciplinas que ofertam carga horária em PCC. Essas práticas estão amparadas neste projeto pedagógico por meio de um regulamento específico, o qual normatiza as ações e formas de realização das PCC ao longo do Curso.

7 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação é uma parte integrante do processo de formação e possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, considerados os objetivos previstos e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias. Pautando-nos na concepção de que a avaliação não pode se reduzir a um mero instrumento quantificável e regulatório, sob a pena de, se assim for, tornar-se apenas um “ajuste de contas” entre professor e aluno, sem contribuir de fato para a formação dos estudantes.

A avaliação deve cumprir, prioritariamente, uma função pedagógica ou formativa, gerar informações úteis para a adaptação das atividades de ensino-aprendizagem às necessidades dos alunos e aos objetivos de ensino. O objetivo de toda avaliação é gerar e gerir retroinformação seja para a ação do professor em sala de aula, seja para a gestão acadêmica. A proposição de atividades avaliativas deve fazer interagir os conhecimentos prévios dos educandos em contextos novos de aplicação e de reflexão. Assim, é inegável a importância da avaliação, tanto para o aluno como para o professor. Além disso, é também inegável a necessidade da avaliação, seja como elemento do processo de construção do conhecimento, seja como elemento de gestão de um projeto pedagógico.

Sendo, portanto, um instrumento essencial para a evolução dos padrões de qualidade da instituição e fundamentais para a realização de seus objetivos educacionais, a avaliação ocorrerá nas seguintes instâncias:

- avaliações feitas do corpo discente: avaliações dos alunos e da disciplina;
- avaliações feitas do corpo docente: avaliação dos professores e da disciplina;
- avaliação externa.

7.1 Avaliações do Corpo Discente

A avaliação deve percorrer todas as etapas do processo de ensino, não se limitando apenas às avaliações periódicas somativas feitas para verificar formalmente a aprendizagem e atribuir notas aos alunos. O projeto de avaliação do professor deve incluir as avaliações formativas e as avaliações somativas. As avaliações formativas têm por objetivo regular a prática do professor, uma vez que permitem que os rumos sejam alterados quando da observância de dificuldades de aprendizagem por parte dos alunos. Nesse tipo de avaliação, deve haver interação com os alunos, análise da produção dos estudantes e consequente adaptação do processo didático aos progressos e problemas dos alunos, regulação instrumentalizada com implementação de programas de reforços, quando necessário. Atividades em equipe, envolvendo discussão e pesquisa, trabalhos de campo, debates, realizados dentro do espírito de resolução de problemas contextualizados, constituem práticas fundamentais da avaliação formativa.

A avaliação somativa é feita depois do ensino, com atribuição de notas e visando a verificar efetivamente o que foi aprendido durante o processo de ensino. Como se trata de uma avaliação de resultados da aprendizagem, essa avaliação revela-se um elemento indispensável para a reorientação dos desvios ocorridos durante o processo e para gerar novos desafios ao aprendiz. A avaliação deve resultar em uma discussão honesta e transparente, entre todos os elementos envolvidos no processo, com um processo constante de discussão dos critérios de avaliação utilizados pelo professor e da devolutiva das avaliações para que o “erro” seja visto como um dado importante na aprendizagem.

7.2 Avaliações do Corpo Docente

As avaliações do corpo docente são realizadas, institucionalmente, pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), embora seja desejável que, ao final da disciplina, os alunos avaliem as disciplinas e os professores como modo de orientar e fundamentar análises e tomadas de decisão da coordenação do curso.

7.3 Avaliações Externas

A avaliação educacional externa feita pelo INEP já assume um lugar de destaque na agenda das políticas públicas de educação no Brasil, sendo um mecanismo importante de

avaliação externa. Juntamente com as outras avaliações, contribuirá para um conhecimento mais objetivo dos resultados dos processos educacionais. Há, portanto, convergência em torno da importância estratégica de se avaliarem com profundidade os níveis de qualidade do curso, contribuindo para o seu desenvolvimento.

8 PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

8.1 Perfil do Ingressante

De acordo com dados coletados na etapa de diagnóstico dos cursos, a primeira característica a ser ressaltada, que sem dúvida constitui uma identidade diferenciada para a Unespar e que é de suma importância para nossos futuros trabalhos, é a condição social de nossos estudantes. A imensa maioria é constituída por trabalhadores, muitos com baixa renda, advindos da escola pública, com pouca escolaridade na família, sendo que boa parte reside em municípios vizinhos, dependendo de transporte complementar para garantir seu acesso à universidade.

A condição econômica, social e cultural de nossos estudantes, portanto, precisa ser levada em conta para não incorreremos no risco de construir uma proposta curricular para um estudante ideal, mas de fato inexistente. É evidente, no perfil do ingressante do curso de Letras espanhol, o desejo por aprender e por desenvolver-se profissional, cultural e economicamente.

8.2 Perfil do Egresso

O profissional formado em Letras deve ser capaz de compreender a linguagem e seu uso em diferentes situações do cotidiano humano, histórico e contemporâneo. Como instrumental esse profissional também deve usá-la na formação de pessoas mais críticas e capazes de se comunicar e informar.

O diálogo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), bem como com a Proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras, objeto do Parecer CNE/CES nº. 492/2001, aprovada em 03/04/2001, foram os documentos nos quais nos baseamos, dentre outros textos, para a fundamentação teórico-metodológica do curso. Sendo assim, privilegiamos o desenvolvimento de competências e habilidades, considerando que o sujeito estará sendo preparado para enfrentar os desafios do mundo em transformação,

quanto mais se desenvolva condição para que o aluno entenda e se relacione com a realidade. Dessa forma, contribui-se para a formação de sujeitos críticos, autônomos, reflexivos e analíticos, capazes de operacionalizar a escrita e entender o funcionamento da língua e da literatura.

O processo de pensar, expressar ideias, refletir, discutir, registrar, sistematizar, fazer e refazer alicerça-se na contribuição interativa dos componentes curriculares em uma atitude interdisciplinar. Dessa maneira, torna-se necessário ir além da justaposição de disciplinas, com a existência de um diálogo solidário entre elas e de um eixo integrador.

Levando-se em conta o fato de, no caso específico do formando em Letras, objeto de estudo e de ensino se imbricarem, uma vez que o professor realiza, em sala de aula, necessariamente, um trabalho com e sobre a linguagem, trabalho este realizado por meio da linguagem, a construção das competências implica habilitar o aluno para: utilizar a linguagem em diferentes manifestações, como instrumento de integração social; confrontar opiniões e pontos de vista acerca de diferentes gêneros discursivos, compreendendo suas especificidades e funcionalidades; respeitar e preservar as variações da linguagem ocorridas em grupos sociais distintos de acordo com seus campos de socialização; saber utilizar a linguagem escrita para estabelecer comunicação com o outro, tendo domínio das formas de expressão e dos mecanismos da língua; compreender a amplitude do letramento e suas relações entre práticas orais, escritas e multimodais de produção de texto; enfim, possibilitar ao aluno a capacidade de falar sobre a língua/linguagem como objeto de estudo, mas também, e, sobretudo, a fazer uso consciente da linguagem, nas situações de interação nas quais atua ou aonde vier a atuar.

Mais especificamente, em relação à Licenciatura em Letras – Língua Espanhola e respectivas Literaturas – implica habilitar o aluno: para planejar, organizar e desenvolver atividades e materiais relativos ao Ensino da Língua Espanhola; para a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre estrutura e funcionamento da Língua Espanhola e suas literaturas, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; para dominar estratégias para transposição do conhecimento em Língua Espanhola em saber escolar; para elaborar, analisar e revisar materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros; para realizar pesquisas em Língua Espanhola, coordenar e supervisionar equipes de trabalho;

e, ainda, a primar pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

Para que essas habilidades se concretizem é importante ampliar para os alunos os conceitos de texto e de leitura. A leitura não se resume a um mero decifrar de sinais gráficos no papel. Vista em um sentido amplo, independentemente do contexto acadêmico, e para além do texto escrito, a leitura se configura como experiência de vida. A todo instante estamos lendo. Lemos o gesto de alguém, uma situação, lemos o tempo, lemos o espaço, lemos as propagandas, as placas nas ruas e tudo o que se oferece ao nosso olhar e de algum modo nos provoca, nos anima. A leitura pode ser entendida como forma de interação entre leitor e autor, mediada pelo texto. Sendo assim, é imprescindível conscientizar o docente de Letras de que ele deve desenvolver cada vez mais a capacidade de ler múltiplos textos, inclusive à realidade que o circunda.

Não devemos perder de vista o fato de o Curso de Letras formar professores. Sendo assim, é necessário fazer com que o aluno compreenda os processos relativos ao ensino e à aprendizagem, levando-se em conta o fato de que o graduando (futuro professor) deve conhecer os possíveis modos de abordagem da língua/linguagem em sala de aula. Fundamenta essa noção de competência o princípio de que a aprendizagem é um processo de construção de conhecimento sobre o saber, o saber fazer e o saber por quê, além de o saber ser, uma vez que a IES valorizará essencialmente o ser humano.

Os egressos, licenciados em Letras deverão, juntamente com os conhecimentos condizentes com a realidade do trabalho docente, possuir domínio das competências e habilidades próprias da área, estando, assim, capacitados a:

- a. Posicionar-se autonomamente face às diversas teorias e metodologias dos estudos linguísticos, literários e educacionais;
- b. Refletir sobre a linguagem como meio de inserção e integração social, compreendendo a sua atuação docente como parte da construção da cidadania;
- c. Analisar e criticar textos literários e/ou artísticos associados à literatura, ampliando o seu repertório cultural;
- d. Produzir textos escritos (literários, técnicos, jornalísticos, dissertações);
- e. Usar proficientemente a língua Espanhola nos contextos orais e escritos;
- f. Compreender a estrutura/gramática da língua Espanhola;

g. Conhecer as técnicas e estratégias associadas ao ensino contemporâneo de língua e de literaturas de língua Espanhola;

h. Posicionar-se criticamente em relação aos vários entendimentos didáticos que a história da pedagogia da linguagem produziu;

i. Articular o ensino com atividades de pesquisa e de extensão e o uso de novas tecnologias;

j. Assumir os compromissos socioculturais de um professor de língua e literaturas de língua Espanhola, valorizando os seus princípios éticos e humanistas;

k. Subsidiar a prática da Pedagogia da Educação Integral mediante a realização e execução de projetos transdisciplinares em escolas de tempo integral;

l. Fomentar a prática docente do ensino de língua espanhola e suas respectivas literaturas nas instituições de ensino da região.

9. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS			
Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. de Formação GERAL	2LE06	. Psicologia da Aprendizagem e do desenvolvimento na Adolescência	60
	1LE03	. Linguagem, cultura e sociedade	120
	2LE05	. Legislação e Políticas educacionais	60
	3LE04	. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60
	3LE05	. Teorias e práticas de Ensino de língua espanhola I	120
	4LE05	. Teorias e práticas de Ensino de língua espanhola II	120
	2LE04	. Linguística Aplicada ao Ensino de Espanhol	60
	1LE06	. Ensino de Língua Espanhola para Crianças	60
	Subtotal		
2. de formação DIFERENCIADA	1LE04	. Compreensão e produção de gêneros textuais acadêmicos	60
	1LE01	. Língua Espanhola I	120
	2LE01	. Língua Espanhola II	120
	3LE01	. Língua Espanhola III	120
	4LE01	. Língua Espanhola IV	120
	1LE02	. Gramática da Língua Espanhola I	60
	2LE02	. Gramática da Língua Espanhola II	60
	3LE02	. Gramática da Língua Espanhola III	60
	4LE02	. Gramática da Língua Espanhola IV	120
	2LE03	. Introdução à Literatura de Língua Espanhola	120
	3LE03	. Literatura Espanhola	120
	4LE03		120

	1LE05 2LE02 2LE08 3LE07 4LE07 4LE04 3LE06 4LE06 3LE08 4LE08	. Literatura Hispano- Americana . Introdução aos estudos linguísticos . Extensão Universitária I . Extensão Universitária II . Extensão Universitária III . Fonética e Fonologia da Língua Espanhola . Linguística Contrastiva . Pesquisa em Letras I . Pesquisa em Letras II . Projeto de Pesquisa em Língua Espanhola . Trabalho de Conclusão de curso	120 60 60 60 60 60 60 60 30 60
Subtotal			1830
3. Optativas / Curso	Código	Disciplinas	
Curso Letras Espanhol	1OPLE	-Espanhol em uma perspectiva Intercultural	
	2OPLE	-A interação em ambientes virtuais e a aprendizagem de línguas	
	3OPLE	-Introdução à literatura digital	
	4OPLE	- Estratégias de leitura em Língua Espanhola	
	5OPLE	- Espanhol para negócios	
Curso Letras Português		- Fundamentos da gramática da Língua Portuguesa - Literatura e Interfaces - Teatro: do palco à escola	
Curso Letras Inglês	FGIL	- Estratégias de leitura em Língua Inglesa	
	FGIC	- Leitura e cinema	
	FGIR	- Ensino de línguas para crianças	
	FGIU	- Perspectivas contemporâneas em estudos curriculares e a formação de professores	
	FGIA	- Aplicativos para uso em sala de aula	
Curso Pedagogia		- Educação sexual na escola - Construção da autonomia moral: cooperação e educação democrática. - Processos de avaliação e seus instrumentos - Universidade e sociedade - Intelectuais da Educação e pensamento social brasileiro.	
Curso Matemática		- Estatística aplicada à pesquisa científica - Raciocínio lógico - Mídias sociais e Educação - Produção de objetos no Scratch	
Subtotal			120
4. Estágio e TCC	2LE09	- Estágio Supervisionado I	100

	3LE09 4LE09	- Estágio Supervisionado II - Estágio Supervisionado III	150 150
Subtotal			400
5. Atividades Acadêmicas Complementares			200
Subtotal			200
TOTAL			3.210 h

10. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

As disciplinas e atividades ofertadas no curso de Letras Espanhol da Unespar de Apucarana estão distribuídas em regime anual ou semestre, contando com atividades com oferta presencial, com quadro de horários de aulas fixado pelo Colegiado, e semipresencial ou a distância, com o uso de recursos de tecnologia e programação de atividades com cronograma.

1° ANO					
Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária ³		
			Teórica	PCC	Presencial (P) EAD ou Extensão (E)
1LE01	Língua Espanhola I		90	30	P
1LE02	Gramática da Língua Espanhola I		90	30	P
1LE03	Linguagem, Cultura e Sociedade		100	20	P
1LE04	Compreensão e produção de gêneros textuais acadêmicos.		60	0	P
1LE05	Introdução aos estudos linguísticos		120	0	P
1LE06	Ensino de Língua Espanhola para crianças		40	20	P
Subtotal			500	100	
Total Anual			600 h		

³ As disciplinas de 60 horas podem ser ofertadas no formato anual ou semestral, a critério do colegiado do curso.

2º ANO					
Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária ⁴		
			Teórica	PCC	Presencial (P) EAD ou Extensão (E)
2LE01	Língua Espanhola II	1ELE01	90	30	P
2LE02	Gramática de Língua Espanhola II	1ELE02	50	10	P
2LE03	Introdução à Literatura de Língua Espanhola		100	20	P
2LE04	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Espanhola	-	40	20	P
2LE05	Legislação e políticas educacionais	-	60	-	P
2LE06	Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento na adolescência	-	60	-	P
	Optativa		60		P
2LE07	Extensão Universitária I: bases teóricas		50	10	P
2LE08	Extensão Universitária II: implementação de projetos	2LE07	10	50	E
Subtotal			520	140	
2LE09	Estágio Supervisionado I		100h		
Total Anual			760h		

3º ANO					
Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária ⁵		
			Teórica	PCC	Presencial (P) EAD ou Extensão (E)
3LE01	Língua Espanhola III	2LE01	90	30	P

⁴ As disciplinas de 60 horas podem ser ofertadas no formato anual ou semestral, a critério do colegiado do curso.

⁵ As disciplinas de 60 horas podem ser ofertadas no formato anual ou semestral, a critério do colegiado do curso.

3LE02	Gramática da Língua Espanhola III	2LE02	50	10	P
3LE03	Literatura Espanhola	2LE03	100	20	P
3LE04	Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS		50	10	P
3LE05	Teoria e Prática de ensino de Língua espanhola I		70	50	P
3LE06	Pesquisa em Letras I		60	-	P
	Optativa II		60		P
3LE07	Extensão universitária III: reflexão teórico-prática	2LE08	50	10	E
3LE08	Projeto de Pesquisa em Língua Espanhola		30		E
Subtotal			560	130	
3LE09	Estágio Supervisionado II	2LE09	150h		
Total Anual			840h		

4° ANO					
Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária ⁶		
			Teórica	PCC	Presencial (P) EAD ou Extensão (E)
4LE01	Língua espanhola IV	3LE01	90	30	P
4LE02	Gramática da língua espanhola IV	3LE02	50	10	P
4LE03	Literatura Hispano-Americana	3LE03	100	20	P
4LE04	Linguística Contrastiva		50	10	P
4LE05	Teoria e prática de ensino de Língua Espanhola II	3LE05	70	50	P
4LE07	Fonética e Fonologia da Língua Espanhola		50	10	P
4LE06	Pesquisa em Letras II	3LE06	60		P
4LE08	Trabalho de Conclusão de Curso	3LE08	60		E
Subtotal			530	130	

⁶ As disciplinas de 60 horas podem ser ofertadas no formato anual ou semestral, a critério do colegiado do curso.

4LE09 Estágio Supervisionado III	3LE09	150h
AAC		200h
Total Anual		1010h

SÍNTESE DA DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA						
SÉRIE	TEÓRICA	PCC	ESTÁGIO	SUBTOTAL ANUAL	AAC	TOTAL DO CURSO
1 ANO	500 h	100 h		600 h	200 h	3.210 h
2 ANO	520 h	140 h	100 h	760 h		
3 ANO	560 h	130 h	150 h	840 h		
4 ANO	530 h	130 h	150 h	810 h		
TOTAL	2.110 h	500 h	400 h		200 h	3.210h

11. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

As disciplinas ofertadas no curso de Letras Espanhol da Unespar – Apucarana são frutos de análise da documentação legal que regulamenta a formação de professores, as diretrizes curriculares para o ensino superior, a literatura científica, a prática cotidiana dos docentes, a percepção dos discentes e egressos e os currículos oficiais propostos para a Educação básica, e estão divididas em obrigatórias e optativas, conforme apresentado nas subseções a seguir.

11.1 Disciplinas Obrigatórias

As disciplinas obrigatórias estão apresentadas nos quadros a seguir, indicando o nome, e as cargas horárias para Prática como Componente Curricular (PCC) e conteúdos teóricos, totalizando a oferta da disciplina em horas.

1º ano

DISCIPLINA:	Compreensão e produção de gêneros textuais acadêmicos		
C/H TOTAL:	60 h - 72h/a		
C/H TEÓRICA: 50h	C/H PRÁTICA: 10h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: A universidade como campo de atividade humana. Gêneros textuais acadêmicos: orais, escritos e multimodais. Padrões textuais historicamente construídos. Adequação contextual, discursiva e linguística.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARLINO, P. <i>Escribir, leer y aprender en la universidad. Una introducción a la alfabetización académica</i> . Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005. MACHADO, A. R.; LOUSADA, L.; ABREU-TARDELLI, L. S. <i>Planejar gêneros acadêmicos</i> . São Paulo, Parábola Editorial, 2005. MESQUITA, E. M. C. A exposição oral no universo acadêmico. In. <i>Anais do SILEL</i> . V.2, N.2. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em < http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_1329.pdf > Acesso em 21 de mar 2018.			

DISCIPLINA:	Introdução à Linguística		
C/H TOTAL:	120 h – 44h/a		
C/H TEÓRICA: 120h	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Concepções de Linguagem. A Linguística como ciência autônoma e sua diferenciação da Gramática Normativa. Panorama histórico dos estudos linguísticos. A linguística saussuriana. Os paradigmas científicos: noções básicas de Estruturalismo, Gerativismo e Funcionalismo. Princípios de Sociolinguística.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FIORIN, José Luiz (Org.). <i>Linguística? Que é isso?</i> São Paulo: Contexto, 2013. MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). <i>Manual de Linguística</i> . São Paulo: Contexto, 2008. SAUSSURE, Ferdinand de. <i>Curso de linguística geral</i> . Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012			

DISCIPLINA:	Língua Espanhola I
--------------------	---------------------------

C/H TOTAL:	120h – 144 h		
C/H TEÓRICA: 90h	C/H PRÁTICA: 30h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>Estudo da língua espanhola em nível introdutório, com ênfase no desenvolvimento das práticas discursivas; contemplando o trabalho com gêneros textuais/discursivos orais, escritos e multimodais, visando fluência, precisão e adequação, considerando-se a heterogeneidade desse idioma.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BAZERMAN, C. <i>Géneros textuales, tipificación y actividad</i> México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2012. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/269222521_GENEROS_TEXTUALES_TIPIFICACION_Y_ACTIVIDAD>. Acesso 18 de abr. 2018.</p> <p>CUBO DE SEVERINO, L. <i>Leo pero no comprendo</i>. Estrategias de comprensión lectora. Córdoba: Comunicarte, 2005.</p> <p>GÓMEZ CAMACHO, A. (Coord.), <i>La alfabetización multimodal: nuevas formas de leer y escribir en el entorno digital</i>. Madrid: Síntesis, 2016. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/313105655_La_alfabetizacion_multimodal_en_la_Educacion_Superior>. Acesso em 15 de marc. 2018.</p> <p>LÓPEZ, M. R. <i>Hablemos en clase: actividades para la interacción oral en español</i>. 2.ed. Madrid: Edinumen, 2008.</p>			

DISCIPLINA:	Gramática e léxico da Língua Espanhola I		
C/H TOTAL:	120h – 144h/a		
C/H TEÓRICA: 90	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>Desenvolvimento da língua Espanhola, em nível introdutório, com ênfase na competência gramatical. A gramática como um conjunto de regras normativas. Níveis gramaticais, noções gerais sobre a estrutura gramatical – morfologia, sintaxe e ortografia. Estudo da história e da formação do espanhol. Reflexões sobre a prática pedagógica na Educação Básica.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>MATTE BON, F. <i>Gramática Comunicativa del Español</i> (tomos I y II). Madrid. Edelsa, 1995.</p> <p>FANJUL, A. P. <i>Gramática y práctica de español para brasileños</i>. São Paulo: Moderna; Santillana, 2005.</p> <p>GÓMEZ TORREGO, L. <i>Gramática didáctica del español</i>. Madrid: SM, 1998.</p> <p>RAYA, Rosario Alonso. (Org.). <i>Gramática básica del estudiante de español</i>. Barcelona: Difusión, 2015</p>			

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA; ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. *Nueva Gramática de la lengua española*: Manual. Madrid: Espasa Libros, 2010. Disponível em < http://www.ceip.edu.uy/IFS/documentos/2015/lengua/recursos/gramatica_raenueva.pdf> Acesso em 15 jan. 2018.

DISCIPLINA:	Linguagem, Cultura e Sociedade		
C/H TOTAL:	120 h – 144h/a		
C/H TEÓRICA: 100 h	C/H PRÁTICA: 20h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA:</p> <p>Linguagem e as relações de poder. Direitos humanos. Diversidade cultural. Relações étnico-raciais. Cultura Afro-brasileira e Africana. Instituições sociais e Educação no Brasil. Desenvolvimento humano, Educação ambiental e práticas educativas.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ANDRADE, Manuel Correia de. <i>O Brasil e a África</i>. São Paulo: Contexto, 1997.</p> <p>ARAÚJO, Kelly Cristina. <i>Áfricas no Brasil</i>. São Paulo: Scipione, 2003.</p> <p>BARBOSA, Rogério Andrade. <i>O segredo das tranças e outras histórias africanas</i>. São Paulo: Scipione, 2008.</p> <p>JACOB, Pedro. <i>Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade</i>. Cadernos de Pesquisa, n. 118, 2003, p. 189-205. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf> Acesso 16 de abr. 2018.</p> <p>NILDO, V. <i>Linguagem, discurso e poder: ensaios sobre linguagem e sociedade</i>. Pará de Minas, MG: Editora Virtualbooks, 2009. Disponível em < http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Viana,%20Nildo/Linguagem,%20Discurso%20e%20Poder.pdf> Acesso 10 de fev. 2018.</p> <p>RODRIGUES, A.T. <i>Sociologia da Educação</i>. 6 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.</p> <p>SOARES, Magda. <i>Linguagem e escola</i>. 17 ed. São Paulo: Ática, 2000.</p>			

DISCIPLINA:	Ensino de Língua Espanhola para Crianças		
C/H TOTAL:	60 h – 72h/a		
C/H TEÓRICA: 40	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA:</p> <p>Aprendizagem de línguas nos anos iniciais da Educação Básica. Metodologias e abordagens para o ensino de Espanhol para crianças. A ludicidade no ensino de Espanhol para crianças.compreens</p>			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LLOBERA, M et al. *Enseñar español para niños y adolescentes: enfoques y tendencias*. Barcelona: Difusión, 2016.

RINALDI, S. *O futuro é agora: possíveis caminhos para a formação de professores de espanhol como língua estrangeira para crianças*. Tese (Doutorado) São Paulo. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. 2011. Disponível em < file:///C:/Users/Acer/Downloads/SIMONE_RINALDI.pdf > Acesso 10 mar. 2017.

TONELLI, J. R. A.; RAMOS, S. G. M. *O ensino de LE para crianças: reflexões e contribuições*. Londrina: Moriá, 2007.

TONELLI, J. R. A.; PÁDUA, L. S.; OLIVEIRA, T. R. R. *Ensino e formação de professores de línguas estrangeiras para crianças no Brasil*. Curitiba: Appris Editora, 2017.

2º ano

DISCIPLINA:	Introdução à literatura de língua espanhola		
C/H TOTAL:	120h – 144h/a		
C/H TEÓRICA: 100h	C/H PRÁTICA: 20h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: O conceito de Literatura. As teorias sobre a Literatura. Gêneros e períodos literários. A análise da poesia, da narrativa e do texto dramático. A origem e o desenvolvimento da crítica literária até a contemporaneidade. Desenvolvimento da prática de formação do professor de literatura.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AUERBACH, Erich. <i>Introdução aos Estudos Literários</i> . Trad. de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.			
SILVA, Vitor Manuel Aguiar e. <i>Teoria da Literatura</i> . 1. ed. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1976.			
GANCHO, Cândida Vilares. <i>Como analisar narrativas</i> . 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.			
QUILLIS, Antonio. <i>Métrica Española</i> . Madrid: Ed. Alcalá, 1975.			

DISCIPLINA:	Extensão universitária I: bases teóricas		
C/H TOTAL:	60 h – 72h/a		
C/H TEÓRICA: 50h	C/H PRÁTICA: 10h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Extensão universitária: conceitos, histórico, políticas, tendências e bases filosóficas. A extensão universitária como interface para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a			

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Metodologias e elaboração de projetos de extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRA.

Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: Uma visão da extensão.

Porto Alegre: UFRGS. Brasília: MEC/ SESU, 2006. (Parte 1). Disponível em

<http://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf> Acesso 11 de fev. 2018.

FAZENDA, I. C. A. (Org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008. (Parte 1)

FOLETO PIVETTA, H.M. et al. *Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração*

efetiva. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 16, n. 31, 2010, p. 377-390. Disponível em <

<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/3028/2628>> Acesso 15 de mar. de 2018.

FRESÁN OROZCO, M. *La extensión universitaria y la Universidad Pública*. Reencuentro. Análisis de

Problemas Universitarios, núm. 39, 2004, p. 47-54. Disponível em <

<http://www.redalyc.org/pdf/340/34003906.pdf>> Acesso 10 de mar. 2018.

SÃO PAULO. *Manual Dinâmico para Elaboração de Proposta de Projeto de Extensão Universitária e*

Iniciação à Extensão Universitária. São Paulo: Unesp, 2017. Disponível em <

<http://www.foar.unesp.br/Home/Extensao/manualdinamicoproex2017.pdf>> Acesso 15 de mar. 2018.

DISCIPLINA:	Legislação e Políticas Educacionais		
C/H TOTAL:	60 h – 72h/a		
C/H TEÓRICA:60h	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Políticas educacionais, legislação e suas implicações para a organização da atividade escolar. Estudo da organização da educação brasileira: dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais. Análise da educação na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Políticas de inclusão. Conceitos e implicações de políticas linguísticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRZEZINSKI, Iria. (Org.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FIORIN, José Luiz. *Língua, discurso e política*. *Alea*, v. 11, n. 1, p. 148-165, 2009.

LAGARES, X.C. *O espaço político da língua espanhola no mundo*. *Revista Trabalhos em Linguística*

Aplicada. V.52, n. 2, 2013. p. 385-408. Disponível em <

<http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a09v52n2.pdf>> Acesso 15 de abr. 2018.

NICOLAIDES, C. et al. (Orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, Eni P. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

DISCIPLINA:	Língua Espanhola II		
C/H TOTAL:	120h – 144h/a		
C/H TEÓRICA: 90h	C/H PRÁTICA: 30h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo da língua espanhola em nível básico, com ênfase no desenvolvimento das práticas discursivas; contemplando o trabalho com gêneros textuais/discursivos orais, escritos e multimodais, visando fluência, precisão e adequação, considerando-se a heterogeneidade desse idioma.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BAZERMAN, C. <i>Gêneros textuales, tipificación y actividad</i> México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2012. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/269222521_GENEROS_TEXTUALES_TIPIFICACION_Y_ACTIVIDAD >. Acesso em 18 de abr. 2018. CUBO DE SEVERINO, L. <i>Leo pero no comprendo</i> . Estrategias de comprensión lectora. Córdoba: Comunicarte, 2005. GÓMEZ CAMACHO, A. (Coord.), <i>La alfabetización multimodal: nuevas formas de leer y escribir en el entorno digital</i> . Madrid: Síntesis, 2016. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/313105655_La_alfabetizacion_multimodal_en_la_Educacion_Superior >. Acesso em 15 de marc. 2018. LÓPEZ, M. R. <i>Hablemos en clase: actividades para la interacción oral en español</i> . 2.ed. Madrid: Edinumen, 2008.			

DISCIPLINA:	Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento na adolescência.		
C/H TOTAL:	60 h – 72h/a		
C/H TEÓRICA: 60h	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Aspectos gerais do processo ensino-aprendizagem. As relações de força no contexto educacional. O processo de aprendizagem. Teorias de aprendizagem. Dificuldades de Aprendizagem.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5154.htm >.			
BASSALOBRE, J.N.. <i>As três dimensões da inclusão</i> . Educ. rev. [online]. n. 47, p. 293-297, 2008.			
CARRARA, K. (Org.). <i>Introdução à Psicologia da Educação: seis Abordagens</i> . São Paulo: AVERCAMP Editora, 2007.			

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VYGOTSKY, L. *Pensamiento y lenguaje*. 4. ed. Barcelona: Paidós, 2015.

DISCIPLINA:	Linguística Aplicada e Ensino de Língua Espanhola		
C/H TOTAL:	60h – 72h/a		
C/H TEÓRICA: 40h	C/H PRÁTICA: 20h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Linguística aplicada como área de conhecimento. Teorias de aquisição. Ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras no Brasil. Formação do professor de Língua Espanhola e o papel das línguas na atualidade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
GRIFFIN, K. <i>Lingüística aplicada a la enseñanza del español como 2/L</i> . Arco libros, 2005.			
KLEIMAN, Ângela B. (org.). <i>A formação do professor: perspectivas da Lingüística Aplicada</i> . Campinas: Mercado de Letras, 2001.			
MOITA LOPES, Luiz Paulo da. <i>Oficina de Lingüística Aplicada: A natureza social e educacional dos processos de ensino-aprendizagem de línguas</i> . Campinas: Mercado das Letras, 1996			

DISCIPLINA:	Gramática e léxico da Língua Espanhola II		
C/H TOTAL:	60h – 72h/a		
C/H TEÓRICA: 50h	C/H PRÁTICA: 10h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Desenvolvimento da língua Espanhola, em nível básico, com ênfase na competência gramatical. A gramática como um conjunto de regras normativas. Níveis gramaticais, noções básicas sobre a estrutura gramatical – morfologia, sintaxe e ortografia. Reflexões sobre a prática pedagógica na Educação Básica.			
MATTE BON, F. <i>Gramática Comunicativa del Español</i> (tomos I y II). Madrid. Edelsa, 1995.			
FANJUL, A. P. <i>Gramática y práctica de español para brasileños</i> . São Paulo: Moderna; Santillana, 2005.			
GÓMEZ TORREGO, L. <i>Gramática didáctica del español</i> . Madrid: SM, 1998.			
RAYA, Rosario Alonso. (Org.). <i>Gramática básica del estudiante de español</i> . Barcelona: Difusión, 201			
REAL ACADEMIA ESPAÑOLA; ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. <i>Nueva Gramática de la lengua española</i> : Manual. Madrid: Espasa Libros, 2010. Disponível em < http://www.ceip.edu.uy/IFS/documentos/2015/lengua/recursos/gramatica_raenueva.pdf > Acesso em 15 jan. 2018.			

DISCIPLINA:	Extensão universitária II: implementação de projetos		
C/H TOTAL:	60h		
C/H TEÓRICA: 10h	C/H PRÁTICA: 50h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 60h
EMENTA:			
<p>Implementação de projetos extensionistas. Atendimento à comunidade interna e externa por meio de projetos de extensão. Compreensão teórico-prática do agir acadêmico por meio da extensão. Extensão como prática social. Vivência da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>CRISOSTIMO, A.L.; FOGGIATO SILVEIRA, R.M.C. <i>A extensão universitária e a produção do conhecimento: caminhos e intencionalidades</i>. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2017. Disponível em < https://www3.unicentro.br/ppgen/wp-content/uploads/sites/28/2017/11/A-Extens%C3%A3o-Universitaria-e-a-Produ%C3%A7%C3%A3o-de-Conhecimento.pdf> Acesso 22 abr. 2018.</p> <p>VICENTE, B. G. C; SILVA, M. A. V. Programa UEG na escola: desafios da prática extensionista no espaço interdisciplinar na Universidade. In: <i>II Congresso de ensino, pesquisa e extensão da UEG: interdisciplinaridade e currículo: uma construção coletiva</i>. Goiás: UEG, 2015. Disponível em < http://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/viewFile/6146/3899> 30 de abr. 2018</p>			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado I		
C/H TOTAL:	100 h – 120h/a		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 100h
EMENTA:			
<p>Observação de diferentes contextos educacionais. Análise reflexiva de instituições de ensino, de projetos políticos pedagógicos, de propostas pedagógicas curriculares, de práticas docentes, de materiais didáticos e de processos avaliativos.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS:			
<p>ALVES, N. <i>Cultura e cotidiano escolar</i>. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro/Campinas: ANPEd/Autores Associados. 2003</p> <p>PICONEZ, S. C. B. (Coord.) <i>A prática de ensino e o estágio supervisionada</i>. Campinas, SP: Papyrus, 2012.</p> <p>VEIGA, I.P.A. <i>Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível</i>. Campinas, SP: Papyrus, 2012.</p>			

3º ano

DISCIPLINA:	Literatura Espanhola		
C/H TOTAL:	120h – 144h/a		
C/H TEÓRICA: 100h	C/H PRÁTICA: 20h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

<p>EMENTA: Desenvolvimento das competências literária e sociocultural relacionada ao mundo hispânico e a aplicabilidade de aspectos culturais na sala de aula. Identificação dos períodos Medieval, Renascentista, Barroco, e Neoclássico da literatura espanhola, dentro do contexto socioeconômico e ideológico cultural, apreendendo os vários estilos de época, seus autores e obras mais representativos, a fim de compreender o significado global e específico dos textos literários.</p>
<p>DEYERMOND, A.D. <i>Historia de la literatura española</i>. v.1. 1. ed. Madrid: Ariel, 1984.</p> <p>JONES, R.O. <i>Historia de la literatura española</i>. v.2. 1. ed. Madrid: Ariel, 1984</p> <p>WILSON, E.M.; MOIR, D. <i>Historia de la literatura española</i>. v.3. 9. ed. Madrid: Ariel, 2001.</p>

DISCIPLINA:	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS		
C/H TOTAL:	60 h – 72h/a		
C/H TEÓRICA: 50h	C/H PRÁTICA: 10h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Conceitos, cultura e relação histórica da surdez com a língua de sinais. Noções linguísticas de Libras: parâmetros, classificadores e intensificadores no discurso. Gramática e noções básicas da língua de sinais. Leitura e escrita dos surdos. Bilinguismo. Papel do intérprete. Teoria sobre interpretação e tradução – Português/Libras; Libras/ Português. Inclusão do surdo na rede regular de ensino. Papel do Intérprete educacional.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5154.htm>. BASSALOBRE, Janete Netto. As três dimensões da inclusão. Educ. rev. [online]. n. 47, p. 293-297, 2008. ISSN 0102-4698. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982008000100017>. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. <i>Língua Brasileira de Sinais: Estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>			

DISCIPLINA:	Língua Espanhola III		
C/H TOTAL:	120h – 144h/a		
C/H TEÓRICA: 90h	C/H PRÁTICA: 30h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Estudo da língua espanhola em nível intermediário, com ênfase no desenvolvimento das práticas discursivas; contemplando o trabalho com gêneros textuais/discursivos orais, escritos e multimodais, visando fluência, precisão e adequação, considerando-se a variação linguística deste idioma.</p>			

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BAZERMAN, C. *Géneros textuales, tipificación y actividad* México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2012. Disponível em <
https://www.researchgate.net/publication/269222521_GENEROS_TEXTUALES_TIPIFICACION_Y_ACTIVIDAD>. Acesso em 18 de abr. 2018.

CUBO DE SEVERINO, L. *Leo pero no comprendo*. Estrategias de comprensión lectora. Córdoba: Comunicarte, 2005.

GÓMEZ CAMACHO, A. (Coord.), *La alfabetización multimodal: nuevas formas de leer y escribir en el entorno digital*. Madrid: Síntesis, 2016. Disponível em <
https://www.researchgate.net/publication/313105655_La_alfabetizacion_multimodal_en_la_Educacion_Superior>. Acesso em 15 de marc. 2018.

LÓPEZ, M. R. *Hablemos en clase: actividades para la interacción oral en español*. 2.ed. Madrid: Edinumen, 2008.

DISCIPLINA:	Gramática e léxico da Língua Espanhola III		
C/H TOTAL:	60h – 72h/a		
C/H TEÓRICA: 50h	C/H PRÁTICA: 10h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Desenvolvimento da língua Espanhola, em nível intermediário, com ênfase na competência gramatical. A gramática como um conjunto de regras normativas. Níveis gramaticais: conhecimento sobre a estrutura gramatical – morfologia, sintaxe e ortografia. Reflexões sobre a prática pedagógica na Educação Básica.			
MATTE BON, F. Gramática Comunicativa del Español (tomos I y II). Madrid. Edelsa, 1995.			
FANJUL, A. P. <i>Gramática y práctica de español para brasileños</i> . São Paulo: Moderna; Santillana, 2005.			
GÓMEZ TORREGO, L. <i>Gramática didáctica del español</i> . Madrid: SM, 1998.			
RAYA, Rosario Alonso. (Org.). <i>Gramática básica del estudiante de español</i> . Barcelona: Difusión, 2015			
REAL ACADEMIA ESPAÑOLA; ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. <i>Nueva Gramática de la lengua española: Manual</i> . Madrid: Espasa Libros, 2010. Disponível em < http://www.ceip.edu.uy/IFS/documentos/2015/lengua/recursos/gramatica_ra nueva.pdf > Acesso em 15 jan. 2018.			

DISCIPLINA:	Teoria e Prática de Ensino de Língua Espanhola I		
C/H TOTAL:	120h – 144h/a		
C/H TEÓRICA: 70h	C/H PRÁTICA: 50h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Iniciação ao estudo reflexivo das teorias, abordagens e métodos de ensino de Língua Espanhola. Didática geral e didática para o ensino de línguas. As novas tecnologias no ensino de Espanhol como língua estrangeira. Introdução à análise dos documentos oficiais que norteiam o ensino de línguas no Brasil.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA FILHO, J.C. *Dimensiones comunicativas en la enseñanza de lenguas*. Campinas: Pontes Editores, 2013.

CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN. *Actas del XXII seminario de dificultades específicas de la enseñanza del español a lusohablantes: La integración de las TIC en la enseñanza de ELE en Brasil*. São Paulo: Embajada de España en Brasil, 2014. Disponível em < <https://sede.educacion.gob.es/publiventa/actas-del-xxii-seminario-de-dificultades-especificas-de-la-ensenanza-del-espanol-a-lusohablantes-la-integracion-de-las-tic-en-la-ensenanza-de-ele-en-brasil/ensenanza-lengua-espanola/20069> > Acesso em 12 jun. 2018.

LOBATO, J. S.; GARGALLO, I. S. *Vademécum para la formación de profesores*. Madrid: SGEL, 2005.

MARTINEZ, P. *Didática de Línguas Estrangeiras*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MEDINA RIVILLA, A.; SALVADOR MATA, F. (Coord.) *Didáctica General*. Madrid: Pearson Educación, 2009. Disponível em < <http://www.ceum-morelos.edu.mx/libros/didacticageneral.pdf> > Acesso em 16 jan. 2018.

SÁNCHEZ, A. *Los métodos en la enseñanza de idiomas*. Evolución histórica y análisis didáctico. 2. ed. Madrid: SGEL, 2000.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

DISCIPLINA:	Pesquisa em Letras I		
C/H TOTAL:	60h – 72h		
C/H TEÓRICA: 60h	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>Discutir os fundamentos epistemológicos e operacionais da pesquisa científica, enfatizando as alternativas metodológicas para o seu planejamento, desenvolvendo análise e apresentação dos resultados. Particular ênfase no desenvolvimento do projeto de pesquisa.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. A. S. de. <i>Projeto de pesquisa: propostas metodológicas</i>. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.</p>			
<p>ERES FERNÁNDEZ, G.; VIEIRA, M. E.; CALLEGARI, M. V. <i>Investigar en lengua extranjera: Normas y procedimientos</i>. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2012.</p>			

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

DISCIPLINA:	Extensão Universitária III: reflexão teórico-prática		
C/H TOTAL:	60h – 72h/a		
C/H TEÓRICA: 50h	C/H PRÁTICA: 10h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 60h
EMENTA:			
<p>Reflexão sobre a atividade de extensão. Análise das ações realizadas durante a implementação de um projeto de extensão. Compreensão da interdisciplinaridade presente nas ações extensionistas. Avaliação dos recursos que se fazem necessários para que a extensão ocorra de modo adequado e significativo.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>CRISOSTIMO, A.L.; FOGGIATO SILVEIRA, R.M.C. <i>A extensão universitária e a produção do conhecimento: caminhos e intencionalidades</i>. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2017. Disponível em <https://www3.unicentro.br/ppgen/wp-content/uploads/sites/28/2017/11/A-Extens%C3%A3o-Universitaria-e-a-Produ%C3%A7%C3%A3o-de-Conhecimento.pdf> Acesso em 22 abr. 2018.</p>			
<p>FERREIRA, S. L. et al. <i>Reflexões sobre ensino, pesquisa e extensão universitária</i>. Anais do III CONEDU. Campina Grande-PB: Editora Realize, 2016. Disponível em <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA6_ID6765_19082016133705.pdf> Acesso em 22 abr. 2018.</p>			
<p>FOLETO PIVETTA, H.M. et al. <i>Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva</i>. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 16, n. 31, 2010, p. 377-390</p>			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado II		
C/H TOTAL:	150 h – 180h/a		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 150h
EMENTA:			
<p>Planejamento de ensino. Análise e produção de material didático. Utilização de diferentes recursos didáticos. Vivência de experiência docente. Reflexão teórico-prática sobre a docência.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS:			
<p>LOBATO, J. S.; GARGALLO, I. S. <i>Vademécum para la formación de profesores</i>. Madrid: SGEL, 2005.</p>			
<p>PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. <i>Estágio e docência</i>. São Paulo: Cortez, 2010.</p>			
<p>STELA, C.; BETHOLO, P. <i>A prática de ensino e o estágio supervisionado</i>. Campinas: Papyrus, 2012.</p>			

DISCIPLINA:	Projeto de Pesquisa em Língua Espanhola		
C/H TOTAL:	30h – 36h/a		
C/H TEÓRICA: 30h	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 30h
EMENTA:			
Elaboração de projeto de pesquisa, nas normas vigentes da ABNT. Apresentação oral e defesa do trabalho em sessão aberta ao público.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: <i>Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação</i> . Rio de Janeiro-RJ, 2011. (ou nova versão, caso seja atualizada).			
ERES FERNÁNDEZ, G.; VIEIRA, M. E.; CALLEGARI, M. V. <i>Investigar en lengua extranjera: Normas y procedimientos</i> . São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2012.			
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. <i>Produção textual na universidade</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2010.			
SEVERINO, A. J. <i>Metodologia do trabalho científico</i> . São Paulo: Cortez, 2002.			

4º ano

DISCIPLINA:	Literatura Hispano-Americana		
C/H TOTAL:	120h – 144h/a		
C/H TEÓRICA: 100h	C/H PRÁTICA: 20h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
O campo literário da América espanhola. Estudo do processo de formação da literatura hispano-americana, da produção pré-colombiana até o final da colonização espanhola, a partir da análise dos fatores integrantes do polissistema literário. Reflexão a respeito da assimilação dos campos culturais indígenas pela literatura hispano-americana.			
OVIEDO, José Miguel. <i>Historia de la literatura hispanoamericana</i> . 4 vols. Madrid: Alianza, 2001.			
TODOROV, Tzvetan. <i>A Conquista da América</i> . A questão do outro. São Paulo: Martins. Fontes, 1983.			
JOZEF, Bella. <i>História da Literatura Hispano-Americana</i> . Petrópolis: Vozes, 1971.			

DISCIPLINA:	Linguística Contrastiva		
C/H TOTAL:	60 h – 72h/a		
C/H TEÓRICA: 50h	C/H PRÁTICA: 10h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

<p>EMENTA:</p> <p>Estudo de estruturas gramaticais, discursivas do espanhol, que causam dificuldade aos aprendizes brasileiros desse idioma, à luz da Linguística Contrastiva.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CARVALHO, O.L.; BAGNO, M. <i>Gramática brasileña para hablantes de español</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.</p> <p>DURÃO, A.B.A.B. <i>Análisis de errores de brasileños aprendices de español y de español aprendices de portugués</i>. Londrina: EDUEL, 2004.</p> <p>MORENO, C.; FERNÁNDEZ, G.. <i>Gramática contrastiva del Español para brasileños</i>. Madrid: SGEL, 2007.</p>

DISCIPLINA:	Língua Espanhola IV		
C/H TOTAL:	120h – 144h/a		
C/H TEÓRICA: 90h	C/H PRÁTICA: 30h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA:</p> <p>Estudo da língua espanhola em nível avançado, com ênfase no desenvolvimento das práticas discursivas; contemplando o trabalho com gêneros textuais/discursivos orais, escritos e multimodais, visando fluência, precisão e adequação, considerando-se a heterogeneidade desse idioma.</p>			
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>BAZERMAN, C. <i>Géneros textuales, tipificación y actividad</i> México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2012. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/269222521_GENEROS_TEXTUALES_TIPIFICACION_Y_ACTIVIDAD>. Acesso em 18 de abr. 2018.</p> <p>CUBO DE SEVERINO, L. <i>Leo pero no comprendo</i>. Estrategias de comprensión lectora. Córdoba: Comunicarte, 2005.</p> <p>GÓMEZ CAMACHO, A. (Coord.), <i>La alfabetización multimodal: nuevas formas de leer y escribir en el entorno digital</i>. Madrid: Síntesis, 2016. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/313105655_La_alfabetizacion_multimodal_en_la_Educacion_Superior>. Acesso em 15 de marc. 2018.</p> <p>LÓPEZ, M. R. <i>Hablemos en clase: actividades para la interacción oral en español</i>. 2.ed. Madrid: Edinumen, 2008.</p>			

DISCIPLINA:	Gramática e léxico da Língua Espanhola IV
--------------------	--

C/H TOTAL:	60h – 72h/a		
C/H TEÓRICA: 50h	C/H PRÁTICA: 10h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>Desenvolvimento da língua Espanhola, em nível avançado, com ênfase na competência gramatical. A gramática como um conjunto de regras normativas. Níveis gramaticais, conhecimento aprofundado sobre a estrutura gramatical – morfologia, sintaxe e ortografia. Reflexões sobre a prática pedagógica na Educação Básica.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>MATTE BON, F. <i>Gramática Comunicativa del Español</i> (tomos I y II). Madrid. Edelsa, 1995.</p> <p>FANJUL, A. P. <i>Gramática y práctica de español para brasileños</i>. São Paulo: Moderna; Santillana, 2005.</p> <p>GÓMEZ TORREGO, L. <i>Gramática didáctica del español</i>. Madrid: SM, 1998.</p> <p>RAYA, Rosario Alonso. (Org.). <i>Gramática básica del estudiante de español</i>. Barcelona: Difusión, 2015</p> <p>REAL ACADEMIA ESPAÑOLA; ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. <i>Nueva Gramática de la lengua española: Manual</i>. Madrid: Espasa Libros, 2010. Disponível em <http://www.ceip.edu.uy/IFS/documentos/2015/lengua/recursos/gramatica_raenueva.pdf> Acesso em 15 jan. 2018.</p>			

DISCIPLINA:	Teoria e prática de ensino de Língua Espanhola II		
C/H TOTAL:	120h – 144h/a		
C/H TEÓRICA: 70h	C/H PRÁTICA: 50h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>Desenvolvimento do estudo reflexivo das teorias, abordagens e métodos de ensino de Língua Espanhola. Multiletramentos. Didática para o ensino de línguas. Continuidade da análise dos documentos oficiais que norteiam o ensino de idiomas no Brasil. Reflexão sobre a função do ensino de língua espanhola no contexto educacional brasileiro no que cerne à diversidade cultural, identitária e linguística.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ALMEIDA FILHO, J. C de. <i>Quatro Estações no Ensino de Línguas</i>. Campinas-SP: Pontes Editores, 2012.</p> <p>ARAÚJO, J.; LEFFA, V.; <i>Redes sociais e ensino de línguas: O que temos de aprender?</i> São Paulo: Parábola Editorial, 2016.</p> <p>CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN. <i>Actas del XXII seminario de dificultades específicas de la enseñanza del español a lusohablantes: La integración de las TIC en la enseñanza de ELE en Brasil</i>. São Paulo: Embajada de España en Brasil, 2014. Disponível em <https://sede.educacion.gob.es/publivena/actas-del-xxii-seminario-de-dificultades-especificas-de-la-ensenanza-del-espanol-a-lusohablantes-la-integracion-de-las-tic-en-la-ensenanza-de-ele-en-brasil/ensenanza-lengua-espanola/20069> Acesso em 12 jun. 2018.</p> <p>COUTO, Ligia Paula. <i>Didática da Língua Espanhola no Ensino Médio</i>. São Paulo: Cortez, 2016.</p>			

SÁNCHEZ, A. *Los métodos en la enseñanza de idiomas*. Evolución histórica y análisis didáctico. 2. ed. Madrid: SGEL, 2000.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

DISCIPLINA:	Fonética e Fonologia da Língua Espanhola		
C/H TOTAL:	60h – 72h/a		
C/H TEÓRICA: 50h	C/H PRÁTICA: 10h	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Mecanismo de produção da fala: o sistema fonológico do Espanhol. Inventário e produção dos fonemas segmentais e suprasegmentais da língua espanhola. Sistemas de transcrição fonética. Análise fonológica. Variação fonética da língua espanhola.			
BRISOLARA, L. B.; SEMINO, M. J. I. <i>¿Cómo pronunciar el Español? La enseñanza de la Fonética y la Fonología para brasileños: ejercicios prácticos</i> . 2.ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2016.			
FRÍAS CONDE, X. Introducción a la fonética y fonología del Español. In Ianua. <i>Revista Philologica Romanica</i> . S.4, 2001.			
GIL FERNÁNDEZ, J.: <i>Fonética para profesores de español: de la teoría a la práctica</i> . Madrid: Arco Libros, 2007.			
QUILIS, A. <i>Principios de fonología y fonética españolas</i> . 11ed. Madrid: Arco Libros, 2014			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado III		
C/H TOTAL:	150 h – 180h/a		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 180h
EMENTA: Planejamento de ensino. Análise e produção de material didático. Utilização de diferentes recursos didáticos. Vivência de experiência docente. Reflexão teórico-prática sobre a docência.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CRISTOVÃO <i>et al.</i> <i>Modelos didáticos de gêneros: uma abordagem para o ensino de língua estrangeira</i> . Londrina: UEL, 2007 LOBATO, J. S.; GARGALLO, I. S. <i>Vademécum para la formación de profesores</i> . Madrid: SGEL, 2015. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. <i>Estágio e docência</i> . São Paulo: Cortez, 2010.			

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

DISCIPLINA:	Pesquisa em Letras II		
C/H TOTAL:	60h – 72h/a		
C/H TEÓRICA: 60h	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Aprofundamento da discussão sobre os fundamentos epistemológicos e operacionais da pesquisa científica, enfatizando as alternativas metodológicas para o seu planejamento, desenvolvendo análise e apresentação dos resultados. Particular ênfase no desenvolvimento do artigo científico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CISNEROS, M.; OLAVE, G. <i>Redacción y publicación de artículos científicos: enfoque discursivo</i> . Bogotá: Ecoe ediciones, 2012. Disponível em < http://roa.ult.edu.cu/bitstream/123456789/3247/1/REDACCION%20DE%20ARTICULOS%20TECNICO_S_2.pdf > Acesso em 12 abr. 2018.			
ERES FERNÁNDEZ, G.; VIEIRA, M. E.; CALLEGARI, M. V. <i>Investigar en lengua extranjera: Normas y procedimientos</i> . São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2012.			
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. <i>Produção textual na universidade</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2010.			

DISCIPLINA:	Trabalho de Conclusão de Curso		
C/H TOTAL:	60 h – 72h		
C/H TEÓRICA: 60 h	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 60h
EMENTA:			
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no gênero artigo científico, nas normas vigentes da ABNT. Apresentação oral e defesa do trabalho em sessão aberta ao público.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: <i>Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação</i> . Rio de Janeiro-RJ, 2011. (ou nova versão, caso seja atualizada)			
CISNEROS, M.; OLAVE, G. <i>Redacción y publicación de artículos científicos: enfoque discursivo</i> . Bogotá: Ecoe ediciones, 2012. Disponível em < http://roa.ult.edu.cu/bitstream/123456789/3247/1/REDACCION%20DE%20ARTICULOS%20TECNICO_S_2.pdf > Acesso em 12 abr. 2018.			

11.2 Disciplinas Optativas

Além das disciplinas obrigatórias, os estudantes de Letras Espanhol devem cumprir ao menos 2 disciplinas de 60 horas na modalidade optativa que, segundo a orientação da Pró-reitoria de Graduação da Unespar⁷:

[...] estão computadas na carga horária obrigatória total do curso. Quando da exigência nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação, estas disciplinas devem ser ofertadas pelo próprio colegiado. Em caso de cursos em que esta exigência não ocorra, bem como daqueles que não possuem diretrizes próprias, ainda assim torna-se facultativo ao colegiado a oferta ou não destas disciplinas. As optativas representam uma oportunidade de aprofundamento e/ou direcionamento pelo estudante na área de estudo, devendo constar em um rol previamente definido no PPC do próprio curso do estudante, incluindo a carga horária da disciplina. Anualmente, em período anterior à renovação da matrícula pelo estudante, cada colegiado deve propor ao Centro de Área no qual pertence, as disciplinas optativas as quais pretende ofertar. Como tais disciplinas compõem a carga horária obrigatória total do curso, o colegiado, já no PPC, deve informar quantas disciplinas optativas deverão ser cursadas em cada período letivo. (UNESPAR, 2017)

Atendendo a estes parâmetros as disciplinas optativas do Curso de Letras Espanhol serão ofertadas em articulação com os cursos de formação de professores da Unespar – *campus* Apucarana, sendo que o estudante deverá optar por 2 disciplinas dentro da lista de 10 ementas apresentadas a seguir. Estas disciplinas serão ofertadas em regime presencial e compartilhadas por estudantes dos cursos de Letras Espanhol, Letras Português, Letras Inglês, Matemática e Pedagogia, atendendo a critérios de distribuição de vagas a ser elaborado pelos colegiados de curso, que visem a interação entre os alunos destas disciplinas.

11.2.1 Optativas ofertadas pelo curso Letras Espanhol

DISCIPLINA:	Espanhol em uma perspectiva Intercultural		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Espanhol como língua multicultural. Compreensão de textos orais, escritos e multimodais de diferentes origens culturais. Desenvolvimento da competência Intercultural.			

⁷ MEMORANDO Nº 036/2017-PROGRAD

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BYRAM, M.; FLEMING, M. *Perspectivas interculturales en el aprendizaje de idiomas. Enfoques a través del teatro y la etnografía.* Madrid : Cambridge University Press, 2001

FERREIRA, C.C.. (Inter) culturalidade em prol da competência comunicativa na aula de línguas estrangeiras ou línguas adicionais. In: FERREIRA, C. C. et al (Orgs.). *Tessituras.* Londrina: Uel, 2012. p. 49-78.

GARCÍA, P.G. *La cultura, ¿universo compartido? La didáctica intercultural en la enseñanza de idiomas.* RedELE: Revista Electrónica de Didáctica ELE., 2004. Disponível < <https://www.mecd.gob.es/dam/jcr:bebfb443-e91b-4016-a99e-41aec9666b97/2004-redele-0-12garcia-pdf.pdf>> Acesso em 20 fev. 2018.

DISCIPLINA:	A interação em ambientes virtuais e a aprendizagem de línguas		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Ambientes formais e informais de aprendizagem de línguas. Multiletramentos e aprendizagem de línguas A interação com falantes naturais por meio de aplicativos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BAPTISTA, L.M.T.R. (org.). <i>Autores e produtores de textos na contemporaneidade: Multiletramentos, letramento crítico e ensino de línguas.</i> Campinas, SP: Pontes, 2016.			
CASSANY, D. <i>En_línea: leer y escribir en la red.</i> Barcelona: Editorial Anagrama, 2012.			
GARCIA, M.S.S.; MACHADO, D. P. Protagonismo na aprendizagem de línguas pelo uso de aplicativos. In: <i>Revista Científica em Educação à distância. EAD em foco</i> , v. 7, 2017, p.114-123. Disponível em < file:///C:/Users/Acer/Downloads/507-2787-1-PB%20(2).pdf> Acesso em 16 de mar. 2018.			
ESCRIBANO ORTEGRA, M.; GONZÁLES CASARES, C. <i>Tándem online en el aprendizaje autónomo de lenguas extranjeras.</i> Actas del XXIV Congreso de ASELE, 2013. Disponível em < ">https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/asele/pdf/24/24_287.pdf?> Acesso em 13 de mar. 2018.			
LEFFA, V. J. Interação, mediação e agência na aprendizagem de línguas. In: BARCELOS, A.M.F. (Org.). <i>Linguística Aplicada: reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira.</i> Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 275-295			

DISCIPLINA:	Introdução à literatura digital		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>História da Literatura Digital: momentos relevantes. Teoria do Texto Digital: tipologias, eletrônico v/s impresso, concepções de produção, leitura e difusão do Texto Digital. Análise de obras particulares a serem determinadas pelo ministrante da disciplina.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>HAYLES, Katherine. <i>Literatura eletrônica: novos horizontes para o literário</i>. Trad. Luciana Lhullier e Ricardo Moura Buchweitz. São Paulo: Global, 2009.</p> <p>SANTOS, Alckmar Luiz dos. <i>Leituras de nós: ciberespaço e literatura</i>. São Paulo: Itaú Cultural, 2003.</p> <p>RAMOS, Maria Luiza. <i>Fenomenologia da Obra Literária</i>. 4 ed., Belo Horizonte: UFMG, 2011.</p> <p>ELO. <i>Electronic Literature Collection</i>. 3v. Disponível em: http://collection.eliterature.org. Acesso em: 6/6/2018.</p> <p>CANDIDO, Antonio. <i>Formação da literatura brasileira: momentos decisivos</i>. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.</p>			

DISCIPLINA:	Estratégias de leitura em Língua Espanhola		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>Compreensão leitora de textos em Espanhol. Estratégias de leitura. Estudos de gêneros textuais presentes nos diversos campos de atividade humana. Análise de textos e de questões de provas de proficiência em Língua Espanhola.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>HEVOT, B.; NORTE, M.B. <i>O processo de leitura em língua estrangeira</i>. Nuances, v.8, 1997. Disponível em < file:///C:/Users/Acer/Downloads/58-190-2-PB%20(1).pdf > Acesso em 21 jun. 2018.</p> <p>JOUINI, K. <i>Estrategias inferenciales en la comprensión lectora</i>. Glosas Didácticas: Revista Eletrônica Internacional, n. 13, 2005. Disponível < https://www.um.es/glosasdidacticas/GD13/GD13_10.pdf > Acesso em 25 de jun. 2018.</p>			

SÁNCHEZ CHÉVEZ, L. E. (2013), *La comprensión lectora: hacia una aproximación sociocultural*. Diálogos, 2013, p. 7-16. Disponível em <
<http://www.redicces.org.sv/jspui/bitstream/10972/2094/1/La%20comprension%20lectora%20hacia%20una%20aproximacion%20sociocultural.pdf>> Acesso em 14 jun. 2018.

DISCIPLINA:	Espanhol para negócios		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Unidade e diversidade da língua espanhola voltada para o âmbito específico dos negócios. Desenvolvimento das habilidades de recepção e produção da língua espanhola: oral e escrita			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
Larrañaga Domínguez, Ainhoa. <i>El léxico de los negocios</i> . Madrid: SGEL, 2005.			
Prost, Gisèle. <i>Al dí@. Curso superior de español para los negocios</i> . Madrid: SGEL, 2003.			
Blanco Canales, Ana; Villarrubia Zúñiga, María Sol. <i>Negocios. Manual de español profesional</i> . Alcalá de 4. Henares: Universidad de Alcalá, 2005.			
Coronado González, María Luisa. <i>A fondo</i> . Madrid: SGEL, 2003.			
Brenes García, Ana María. <i>Exposiciones de negocios en español</i> . Madrid: Arco Libros, 2002			

11.2.2 Optativas ofertadas pelo curso Letras Português

DISCIPLINA:	Fundamentos da Gramática de Língua Portuguesa		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Estrutura e funcionamento morfológico e sintático da língua portuguesa. Classes de palavras: identificação e mecanismos de flexão. Análise sintática: período simples e período composto. Pontuação, regência, concordância e colocação pronominal.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BACCEGA, Maria Aparecida. <i>Concordância verbal</i> . 4. Ed. São Paulo: Ática, 2006.			
BECHARA, Evanildo. <i>Gramática escolar da língua portuguesa</i> . São Paulo: Nova Fronteira, 2010.			

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 9. ed. Vozes. Petrópolis.

DISCIPLINA:	Literatura e Interfaces		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Narrativa verbal e narrativa visual: aproximações; o diálogo interartes; as escrituras do visual e o imaginário de outras artes no romance; tecnologias da imagem e da informação e transformações na cultura contemporânea.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. <i>O cinema e a invenção da vida moderna</i> . São Paulo: Cosac & Naify, 2003.			
FOUCAULT, Michel. <i>Estética: Literatura e pintura, música e cinema</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2001.			
NASCIMENTO, Evando. <i>Ângulos. Literatura e outras artes</i> . Juiz de Fora: Editora UFJF/Argos, 2002.			
VIEIRA, André Soares. <i>Escrituras do visual: o cinema no romance</i> . Santa Maria: Editora UFSM, 2007.			

DISCIPLINA:	Teatro: do palco à escola		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Ampliação de conceitos e perspectivas sobre os elementos constitutivos do teatro, levando em consideração o texto, a cena e o jogo teatral. Origem do teatro ocidental: tragédia. Panorama do teatro brasileiro. Teatro infantil e juvenil. Jogos teatrais na escola, de acordo com a teoria metodologia proposta por Viola Spolin.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BOAL, Augusto. <i>200 exercícios e jogos para o ator e não-ator com vontade de fazer algo através do teatro</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Teatro Hoje).			
GUINSBURG, J. <i>Da cena em cena</i> . São Paulo: Perspectiva, 2001. (Estudos).			
PEIXOTO, Fernando (Org.). <i>Reflexões sobre o teatro brasileiro no século XX – Yan Michalski</i> . Rio de Janeiro: Funarte, 2004.			
MAGALDI, Sábado. <i>Iniciação ao teatro</i> . São Paulo: Ática, 1986.			
ROUBINE, Jean-Jacques. <i>A linguagem da encenação teatral</i> . Rio de Janeiro: J Zahar, 1998.			

11.2.3 Optativas ofertadas pelo curso Letras Inglês

DISCIPLINA:	Estratégias de leitura em língua inglesa		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>Desenvolvimento da língua inglesa, com ênfase em estratégias de leitura e uso de Inglês para fins específicos. Leitura e análise de gêneros escritos de diferentes esferas de atividade. Linguagem de média complexidade voltada à compreensão escrita.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>KLEIMAN, A. B. <i>Oficina de leitura: teoria e prática</i>. São Paulo: Pontes/Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1997.</p> <p>LAPKOSKI, G. A. O. <i>Do texto ao sentido: teoria e prática de leitura em Língua Inglesa</i>. Editora Intersaberes, 2012.</p> <p>SOUZA, A. G. F. et. al. <i>Leitura em língua inglesa. Uma abordagem instrumental</i>. 2. ed. Disal Editora, 2010</p>			

DISCIPLINA:	Literatura e Cinema		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>Estudos das relações entre literatura e cinema. Abordagem crítica da relação entre obra literária e discursos audiovisuais. Foco nas discussões sobre aspectos de representação e de construção de narrativas, em códigos e subcódigos específicos. Estudo comparativo entre linguagens e formas de circulação e produção artística entre diversos meios. Reflexões a respeito dos processos intermediais.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>CAMPOS, H. <i>Metalinguagem & Outras Metas: Ensaio de Teoria e Crítica Literária</i>. São Paulo: Perspectiva, 2006.</p> <p>CORSEUIL, Anelise. Literatura e cinema. In: Thomas Bonnici & Lúcia Osana Zolin . (Orgs.) <i>Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas</i>. Maringá: EDUEM, 2003.</p> <p>CORSI, Margarida da Silveira. Romance e cinema: aliados na (re) construção da identidade nacional. <i>Revista JIOP</i>. Número 1. Departamento de Letras. 2010. p. 69-91.</p>			

RAJEWSKY, I. *Intermediality, Intertextuality, and Remediation: A Literary Perspective on Intermediality*. In: *Intermedialités*. Nº 6, Remédier. Montreal: Spring 2016.

DISCIPLINA:	Ensino de línguas para crianças		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>Estudo das características inerentes ao período da infância e sua relação com a aprendizagem de línguas para a formação inicial do professor. Metodologias e abordagens para o ensino de línguas (materna e/ou estrangeiras) nessa faixa etária.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ASSIS-PETERSON, A. A.; GONÇALVES, M. O. C. Qual é a melhor idade para aprender Línguas? Mitos e Fatos. <i>Contexturas- Ensino Crítico de Língua Inglesa</i>, v. 5, pp. 11-27, 2000/2001.</p> <p>ROCHA, Cláudia Hilsdorf. O ensino de línguas para crianças no contexto educacional brasileiro: breves reflexões e possíveis provisões. <i>DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada</i>, v. 23, n. 2, pp. 273-319, 2007. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502007000200005>.</p> <p>TONELLI, J. R. A.; RAMOS, S. G. M. <i>O ensino de LE para crianças: reflexões e contribuições</i>. Londrina: Moriá, 2007.</p> <p>TONELLI, J. R. A.; PÁDUA, L. S.; OLIVEIRA, T. R. R. <i>Ensino e formação de professores de línguas estrangeiras para crianças no Brasil</i>. Curitiba: Appris Editora, 2017</p>			

DISCIPLINA:	Perspectivas contemporâneas em estudos curriculares e a formação de professores		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>Conceituação de currículo. Perspectivas teóricas em estudos curriculares. Aspectos pós-críticos em estudos curriculares. Estudos curriculares e a formação de professores.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ARROYO, M. G. <i>Currículo, território em disputa</i>. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>			

LOPES, A. C.; MACEDO, E (orgs.). *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2012.

MOREIRA, A. F. B. *Currículo na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; SILVA, T. T. (orgs.) *Currículo, cultura e sociedade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINAR, W. F. *Estudos curriculares: ensaios selecionados*. Lopes, A. C.; Macedo, E. (orgs.). São Paulo: Cortez, 2016.

SACRISTÁN, J. G. (org.) *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo*. 7. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

DISCIPLINA:	Aplicativos para uso em sala de aula		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Conceitos e teorias sobre uso de tecnologias para fins didáticos. Conhecimento e utilização de aplicativos para uso em sala de aula. Práticas de construção de atividades nos aplicativos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARAÚJO, J.; LEFFA, V.; <i>Redes sociais e ensino de línguas. O que temos de aprender?</i> São Paulo: Parábola Editorial, 2016.			
ROJO, R.; MOURA, E.; <i>Multiletramentos na escola</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2012.			
ZANCHETTA JUNIOR, J. <i>Como usar a internet em sala de aula</i> . Editora Contexto, 2014			

11.2.4 Optativas ofertadas pelo curso Pedagogia

DISCIPLINA:	Educação sexual na escola		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Sexualidade e Educação Sexual no contexto da educação brasileira. Desenvolvimento e manifestações da sexualidade da criança. Educação Sexual na educação básica. Seleção de materiais didáticos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. <i>Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível</i> . 2 ed. Londrina, PR: Eduel, 2014.			

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Educação Sexual no dia a dia*. Londrina, PR: Eduel, 2013.

NUNES, Cesar. e SILVA, Edna. *A Educação Sexual da criança*. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

DISCIPLINA:	Construção da autonomia moral: cooperação e educação democrática		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Desenvolvimento da autonomia moral e implicações para uma educação pautada em princípios democráticos, sob a perspectiva construtivista. Estudo de pesquisas sobre violência, conflitos, indisciplina e bullying no ambiente escolar. Construção de estratégias de negociação nas situações de conflitos interpessoais			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DELVAL, Juan. <i>A escola possível: democracia, participação e autonomia</i> . Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.			
PIAGET, J. <i>O Juízo Moral na criança</i> . Tradução: Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994.			
KOHLBERG, L. <i>Psicología del desarrollo moral</i> . Bilbao Spain: Desclée de Brouwer, 1992.			

DISCIPLINA:	Processos de avaliação e seus instrumentos		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Estudo da avaliação do processo de aprendizagem como instrumento indispensável para o planejamento e acompanhamento pedagógico. Análise e elaboração dos diferentes instrumentos de avaliação da aprendizagem			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANTUNES, Celso. <i>A avaliação da aprendizagem escolar</i> . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.			
HOFFMAN, Jussara. <i>Avaliação Mediadora</i> . Mediação Editora. 2014.			
LUCKESI, Cipriano C. <i>Avaliação da aprendizagem escolar</i> . 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002.			

DISCIPLINA:	Universidade e sociedade		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

<p>EMENTA:</p> <p>Conceitos de Sociedade, Conhecimento e Educação. As instituições sociais. História da Universidade. A Universidade no Brasil. Intelectuais da Educação e a Universidade. Relação entre universidade e desenvolvimento social. Ensino, pesquisa, extensão e cultura e o compromisso social das universidades. As políticas públicas para a educação superior.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CUNHA, Luiz Antônio. <i>A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas</i>. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da UNESP, 2007.</p> <p>FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. <i>Universidade e poder</i>. 2. ed. rev. Brasília: Plano, 2000.</p> <p>TEIXEIRA, Anísio. <i>A universidade de ontem e de hoje</i>. Organização e introdução: Clarice Nunes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.</p>

DISCIPLINA:	Intelectuais da educação e pensamento social brasileiro		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução ao pensamento social brasileiro. Conceito de intelectual. Intelectuais da Educação. Intelectuais brasileiros e sua atuação no cenário educacional do Brasil.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. <i>Usos e abusos da história oral</i>. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p> <p>GRAMSCI, A. <i>Os intelectuais e a organização da cultura</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.</p> <p>SAID, Edward. <i>Representações do intelectual</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.</p>			

11.2.5 Optativas ofertadas pelo curso Matemática

DISCIPLINA:	Estatística aplicada à Pesquisa Científica		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA:</p> <p>Amostragem e Coleta de dados. Utilização do Excel para resumo e filtragem de dados de pesquisa. Gráficos e tabelas. Dados discretos e dados contínuos. Medidas centralizadoras e de dispersão. Inferências a partir de dados de pesquisa.</p>			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 5. ed. São Paulo: Atual, 2002. MEYER, P. L.; Probabilidade, aplicações à estatística. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. SPIEGEL, M. R. I. Estatística. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 1993.

FONSECA, J. S. ; MARTINS, G. A. Curso de Estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAPPONI, J. C. Estatística usando o Excel. 7. ed. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora, 2005.

DISCIPLINA:	Raciocínio Lógico		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
Proposições e conectivos. Operações lógicas. Equivalência Lógica e Implicação Lógica. Álgebra, sentenças e quantificadores. Resolução de problemas envolvendo Raciocínio Lógico. Análise de enunciados			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ALENCAR FILHO, E. Iniciação à lógica matemática. São Paulo: Nobel. 1995.			
MACHADO, Nilson José; CUNHA, Marisa Ortegoza da Cunha. Lógica e Linguagem Cotidiana. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.			
SÉRATES, Jonofon. Raciocínio Lógico. São Paulo. Vol. 1 e 2. 2000.			

DISCIPLINA:	Mídias Sociais e Educação		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
O que são mídias sociais. Construção e administração de Grupos em softwares sociais. Produção de Blogs. Produção de vídeo-aulas para Youtube. Produção e gerenciamento de uma disciplina via Moodle.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARRABÁSI, A.-L. <i>Linked: A nova ciência dos networks</i> . Tradução de Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: Leopardo Editora, 2009.			
FILATRO, A. <i>Design instrucional na prática</i> . São Paulo: Pearson, 2008.			
ZANCHETTA JUNIOR, J. <i>Como usar a internet em sala de aula</i> . Editora Contexto, 2014.			

DISCIPLINA:	Produção de Objetos no Scratch		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Introdução ao Scratch, objetos, variáveis, funções. Produção de animações. Produção de objetos interativos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FILATRO, A. <i>Design instrucional na prática</i> . São Paulo: Pearson, 2008. SALEN, Katie; Zimmernan, Eric. <i>Regras do Jogo</i> . Vol. 1, 2, 3 e 4. São Paulo: Blucher, 2012. MARJI, Majed. <i>Aprenda a programar com Scratch: uma introdução visual à programação com jogos, arte, ciência e matemática</i> . São Paulo: Novatec, 2014.			

12. CORPO DOCENTE

COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO				
Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Amábile Piacentine Drogui	Letras Português e Espanhol– UEL – 2002	Mestrado em Estudos da Linguagem – UEL – 2014 - Especialização em Ensino de Línguas Estrangeiras – UEL – 2011 Especialização em Língua Portuguesa – UEL – 2004	20h	40h – TIDE Assistente A

PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Silvana Malavasi	Letras – Fafijan – 1998	Mestrado Interdisciplinar – UNESPAR - 2015	40h – TIDE Assistente B
Enrique Vetterlli Nuesch	Letras Espanhol – UFSC – 2004	Doutorado em Letras – UEL – 2016 Mestrado em Literatura – UFSC - 2007	40h – TIDE Adjunto A
Rosimeiri Darc	Letras Português – UEM – 2000	Pós-Doutorado – UNESP/Marília - 2011 Doutorado em Letras – UNESP /Assis – 2007 Mestrado em Linguística Aplicada – UEM – 2002 Especialização em Educação a Distância – FAP – 2012	40 – TIDE Adjunto C
PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho

Ana Paula Mantovani Vieira	Letras – Licenciatura Plena em Língua Espanhola e Respectivas Literaturas UEL - 2016	Mestrado Profissional em Letras Estrangeiras Modernas UEL - 2018	40h
Anderson Braga do Carmo	Letras Estrangeiras Modernas - Habilitação em Língua e Cultura Francesa - Universidade Estadual de Londrina - UEL (2010) Letras Vernáculas e Clássicas - Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas - Universidade Estadual de Londrina - UEL (2010)	Doutorado em Linguística - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (em andamento) Mestrado em Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Londrina - UEL (2013)	40h
Caio Vitor Marques Miranda	Letras Espanhol – UEL – 2014	Mestrado Letras Estrangeiras Modernas – UEL – 2016 Especialização em docência do ensino de literatura – FACEL- 2018 Especialização em literatura contemporânea – Dom Bosco – 2018	40h
Caroline Emanuele de Oliveira	Letras Espanhol – UEL – 2011	Mestrado Letras Estrangeiras Modernas – UEL – 2016	40h

Fabíola Grasielle Zappiello	Letras Libras - EFICAZ (2018) Pedagogia - UNICENTRO (2014) Letras Português / Inglês - FAFIJAN (2001)	Mestrado em Ensino e Formação Docente Interdisciplinar - Unespar <i>campus</i> Paranavaí (em andamento) Pós-graduação em Libras Educação Bilíngue Para Surdos - Instituto Paranaense (2009)	40h
Maria Piai	Educação Artística - Universidade de Araras - UNAR (2010) Ciências Econômicas - Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - FECEA (2005) Filosofia - Universidade Estadual de Londrina - UEL (2002)	Doutorado em Educação / Psicologia da educação - Universidade de São Paulo - USP (em andamento) Mestrado em Educação / Filosofia da Educação - Universidade Estadual de Londrina - UEL (2012)	20h
Vanessa da Cruz Mantoani	Letras Espanhol – UEL 2011	Mestrado em Estudos da Linguagem – UEL – 2011 Especialização em Língua, Literatura e Metodologia – UEL – 2013.	40h

13. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

O *campus* da Unespar em Apucarana está localizado em um terreno de 42.767,29 m², sendo 9.497,97 m² construídos, abrigando salas de aula, instalações sanitárias, laboratórios de língua, de informática, de matemática e de práticas pedagógicas, brinquedoteca, salas de trabalho para professores, auditórios, quadra poliesportiva, biblioteca, Empresa Júnior, restaurante universitário, sala para coordenação de cursos, gráfica, diretório acadêmico, salas destinadas aos centros de pesquisa e área administrativa.

As instalações do *campus* contam ainda com 2 auditórios, nomeados: auditório Gralha Azul com capacidade para 480 pessoas e auditório José Berton com capacidade para 120 pessoas. Foi inaugurada, em abril de 2018, a sala de conferências Héliud Budian, antiga sala de reuniões que foi equipada com instrumentos de som e vídeo para possibilitar melhor interação entre os campi da Unespar e ampliar as possibilidades de intercâmbio com outras instituições de ensino.

Merece destaque a biblioteca, que possui um acervo entre 30 a 35 mil obras e está situada em local central do *campus* universitário, com fácil acesso para os usuários; possui salas de estudo em grupos e sala de computadores disponibilizados aos alunos, assim como estações de estudo individuais.

No que concerne às áreas de lazer e convivência, o *campus* de Apucarana dispõe de quadra poliesportiva e áreas diversas onde os alunos podem socializar, tais como o Diretório Acadêmico Estudantil e o Refeitório. Há, também, uma cozinha/copa e uma sala com sofás e mesas para os docentes.

Os equipamentos de atividades pedagógicas e administrativas estão assim distribuídos: sala com computadores para uso dos docentes, computadores e impressoras para técnicos administrativos e professores em funções administrativas. Além disso, há salas de permanência destinadas a todos os colegiados de curso, equipadas com computadores, mesas e cadeiras para recepcionar e orientar alunos. Os coordenadores de curso fazem uso da sala dos coordenadores, que possui estações de trabalho com computadores.

A Divisão de Graduação, a Divisão de Pesquisa, a Divisão de Extensão e o Controle Acadêmico possuem espaços próprios, onde encontram-se também todo material de informática e armários para arquivamento de pautas, projetos e documentos necessários para

o funcionamento da universidade. O *campus* ainda conta com cozinha-piloto, espaço para fotocópias, cantina, guarita, banheiros em todos os blocos de salas de aulas e estacionamento para funcionários e estudantes.

Estão disponíveis à comunidade universitária quatro laboratórios de informática com cerca de 120 computadores, com acesso à internet. O curso de Letras Espanhol conta com laboratório de práticas pedagógicas, o qual é compartilhado com os outros 2 cursos de Letras do *campus* (Português e Inglês). Neste local, é possível encontrar material didático para as três licenciaturas em Letras, materiais elaborados pelos alunos em projetos e estágios, mesas, cadeiras e dois computadores. Outro espaço que pode ser utilizado pelo curso de Letras Espanhol são os laboratórios de línguas, que também são compartilhados com o curso de Letras Inglês. Neles, são encontradas cabines com computadores e fones de ouvidos para uso dos alunos em disciplinas que requerem a prática oral da língua estudada.

14. REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997/2010.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico em ciência da linguagem [1929]*. Tradução de Michel Lauhud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo, 2004.

BRASIL. Decreto Federal nº 78.579/76. De *Reconhecimento do Curso de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1976.

_____. Constituição. *Constituição da República Federal do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Conselho Nacional de Educação. Decreto nº 22 de 09/02/1990. De *Reconhecimento do Curso de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1990.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*. Ensino Fundamental. Brasília. MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 1.363/01, que trata da aprovação das *Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CP nº 09, de 08 de maio de 2001. Institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Parecer CNE-CP nº 28, de 02 de outubro de 2001. *Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a Duração e a Carga Horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Brasília: CNE, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CES 492, de 12 de dezembro de 2001. Institui *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. PARECER CNE/CP 28/2001 de 18 de janeiro de 2002. *Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a Duração e a Carga Horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. *RESOLUÇÃO CNE/CP 001, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE-CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. *Institui a Duração e a Carga Horária dos Cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as *Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CES nº 15, de 02 de fevereiro de 2005. Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nº 1/2002, que institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e nº 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2005.

_____. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE-PR nº 04/2006. Institui as *Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 03 de julho de 2007, que dispõe sobre *Procedimentos a serem adotados quanto ao Conceito de Hora-aula e dá outras Providências*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2007.

_____. Conselho Estadual de Educação. Parecer CES/CEE nº 23/11, de 07 de abril de 2011, que trata da *Oferta da Disciplina de Língua Brasileira de Sinais – Libras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2011.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CP nº 02, de 09 de junho de 2015. Institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Define as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

_____. Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Ministério da Educação*, 2006.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

BRITISH COUNCIL, Seis aspectos para a revisão da 3ª versão da BNCC. *Leitura crítica*, nov. 2017. Disponível em: <www.britishcouncil.org.br>. Acesso em 20 ago., 2018.

CANDIDO, A. *Direitos Humanos e literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CHAUÍ, M. *Introdução à história da filosofia, v.1: Dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CULLER, J. *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? *Revista Brasileira de Educação*. Nº 28 Rio de Janeiro Jan./Apr, 2005.

DUARTE, N. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 18, Rio de Janeiro, Set/Out/111nov/11dez, 2000.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRA. *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: Uma visão da extensão*. Porto Alegre: UFRGS. Brasília: MEC/ SESU, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

GIROUX, H. A. Qual o papel da pedagogia crítica nos estudos de língua e cultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Entrevista. Ano 2005. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/962>>. Acesso em 10 abr. 2017.

LUKE, A.; DOOLEY, K. Critical literacy and second language learning. In: HINKEL, E. (Ed.) *Handbook of research in second language teaching and learning*. New York: Routledge. v. II. 2011.

MAGALHÃES, H. G. D. Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão: tensões e desafios. In: *ETD – Educação Temática Digital*, v.8, n.2, 2007. p. 168-175.

MARTINS, L. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. In PINHO, S. Z.; CHAVES, A. J. F [et al]. *Oficinas de Estudos Pedagógicos: reflexão sobre a prática do Ensino Superior*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2008.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. Ed. 28. Tradução de SANT'ANNA, R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1873/1968/1982/2011.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINGUILI, M. da G.; CHAVES, A. J.; FORESTI, M. C. P. P. *Universidade brasileira: visão histórica e papel social*. In: OFICINA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 2007, Marília. [Anais...]. Marília: UNESP, 2007.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A., SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F (orgs.). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. *Decreto Estadual nº 398 de 27/04/87 para institucionalização da FECILCAM*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983.

_____. Conselho Estadual da Educação. *Portaria Ministerial nº 70/83. Dispõe da Conversão para Licenciatura Plena*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983.

_____. Lei Estadual nº 13.283 de 25 de outubro de 2001 para *Criação da Unespar*. Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica Língua Estrangeira Moderna*. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008.

_____. Conselho Estadual da Educação. *Deliberação CEE/PR nº 04/2013: Normas estaduais para a Educação Ambiental*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2013.

_____. Lei Estadual nº 17.590 de 12 de junho de 2013 para *Credenciamento da Unespar*. Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual da Educação. *Decreto Estadual nº 9.538 de 5 de dezembro de 2013*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual de Educação. *Deliberação CEE/PR nº 02/2015: Normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2015.

PENNYCOOK, A. Language policies and social practices. In: O. GARCIA; N. Flores; M. SPOTTI (Orgs.) *The Oxford handbook of language and society*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2017. p. 125-140.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. *Docência no Ensino Superior*. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PINTO, A V. *A questão da Universidade*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora de uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

RIBEIRO, M.D.A.; TEIXEIRA, C.S. Ensino de língua estrangeira: concepções de língua, cultura e identidade no contexto ensino/aprendizagem. *Revista Linha D'Água*. V. 25. N. 01. USP, 2012, p. 183-201.

QUEIROZ, G. P.; SANTIAGO, R. B. Uma pedagogia visando a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão nos cursos universitários. *Anais do VII Congresso Enseñanza de las Ciencias*, número extra, 2005.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SEVERO, C. G.; PAULA, A. C. *No mundo da linguagem: ensaios sobre identidade, alteridade, ética, política e interdisciplinaridade*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2010.

SIGNORINI, I. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Linguística Aplicada. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTE, M. (Orgs.). *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

TEIXEIRA, C. S.; RIBEIRO, M. A. Perspectiva Intercultural no Ensino de Línguas. *Revista Litteris*, n. 9, mar. 2012. Disponível em: <www.revistaliteris.com.br>. Acesso em 15 out. 2018.

TODOROV, T. *A literatura em perigo*. 3 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

UNESPAR. *Plano de Plano de Desenvolvimento Institucional*. Unespar, 2011.

_____. *Projeto Político Institucional* aprovado pelo Conselho Universitário Provisório de 21 de maio de 2012. Unespar, 2012.

_____. *Plano de Plano de Desenvolvimento Institucional*. Unespar, 2011.

_____. *Projeto Político Institucional* aprovado pelo Conselho Universitário Provisório de 21 de maio de 2012. Unespar, 2012.

_____. *Relatório de Atividades Acadêmicas e Administrativas da Unespar: junho de 2015 a junho de 2016*. Paranavaí-PR, dez de 2016. Disponível em:

<http://www.unespar.edu.br/a_unespar/institucional/documentos_institucionais/relatorio-cee-2015-2016>. Acesso em 26 dez. 2018.

_____. Estatuto da Universidade Estadual do Paraná - Unespar. Alterado pela Resolução nº 12 de 2014 – COU/Unespar, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, edição nº 9476, em 22 jun. 2015. Disponível em:

<http://www.unespar.edu.br/a_unespar/institucional/documentos_institucionais/estatuto_unespar.pdf/view>. Acesso em 26 jun. 2018.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987/1989.

_____. 1934. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução de Paulo Bezerra 2. Ed. – São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

ANEXOS

ANEXO A**REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO
LICENCIATURA EM LETRAS****TÍTULO I
ESTÁGIO****CAPÍTULO I
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES**

- Art. 1º O Estágio Supervisionado na Universidade Estadual do Paraná - Unespar é considerado um ato educativo, desenvolvido no ambiente de trabalho, sob a orientação e supervisão de docentes, e visa à formação profissional e humana.
- Art. 2º O Estágio, atividade essencial na formação profissional e humana do estudante universitário, tem por objetivo propiciar o exercício do aprendizado profissional, comprometido com a realidade sócio-político-econômica do país.
- Art. 3º O Estágio na Unespar poderá ser Obrigatório ou não Obrigatório, conforme determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação.
- § 1º Estágio Obrigatório é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.
- § 2º Estágio Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, não acrescida à carga horária regular e obrigatória.
- § 3º As atividades de extensão, via programas e projetos devidamente aprovados pela IES (PIBID, Residência Pedagógica e outros programas intitucionalizados que possam contribuir para a formação docente) após avaliados pelo colegiado, poderão ser aproveitadas para o estágio curricular obrigatório, desde que não ultrapassem o limite de 50% da carga horária relativa ao ano de desenvolvimento.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS E FINALIDADE

Art. 3º São objetivos do Estágio Curricular do curso de Letras Português:

- I. propiciar o contato do licenciando com seu futuro contexto de atuação profissional;
- II. promover momentos de experiência da realidade escolar; pautados no espírito de investigação e atitude científica para a solução de problemas
- III. oferecer espaço para reflexão do processo ensino-aprendizagem na educação básica como um ato político de compromisso e solidariedade;
- IV. propiciar, numa dialética teórico-prática, o desenvolvimento, a aplicação e análise/reflexão de elaborações didáticas consoante o contexto sócio-cultural de cada unidade concedente do estágio.

Art 4º O Estágio Supervisionado tem como finalidades:

- I. viabilizar aos estagiários a reflexão teórica sobre a prática;
- II. oportunizar aos estagiários o desenvolvimento de habilidades e posicionamentos necessários à ação docente;
- III. proporcionar aos estagiários o intercâmbio de informações e experiências concretas, de modo a prepará-los para o efetivo exercício da profissão;
- IV. promover aos estagiários vivência real e objetiva junto às escolas de Ensino Fundamental e Médio, levando em consideração a diversidade de contexto sociocultural e físico da escola e dos alunos.

TÍTULO II

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

CAPÍTULO I

CARGA HORÁRIA

Art. 5º A carga horária para o Estágio Curricular consta do Projeto Pedagógico e está prevista na matriz curricular. As quatrocentas horas (400) do estágio são divididas da seguinte forma:

2º ano – 100 horas

3º ano – 150 horas

4º ano – 150 horas

Art. 6º Os acadêmicos que exercem atividade docente regular na educação básica poderão solicitar a redução da carga horária, **apenas para a modalidade convencional para as etapas de observação e de participação**. A redução na carga horária correspondente ao estágio de regência não será autorizada, visto ser momento avaliativo do estagiário. Uma vez aprovada a redução, o acadêmico não se isenta de participar das sessões reflexivas, dos encontros presenciais obrigatórios nas dependências da Unespar para a preparação do material, da elaboração e entrega dos relatórios finais e demais atividades propostas.

§ 1º - Para fins de comprovação de atividade docente regular, será exigida a apresentação de carteira de trabalho e/ou contrato de trabalho e também Declaração da instituição em que o acadêmico leciona em que conste a carga horária e as séries de atuação.

Art. 7º A redução da carga-horária das atividades de regência do Estágio será especificada no Manual de Estágio.

Art. 8º O estudante que, por alguma razão, não cumprir integralmente as horas de estágio determinadas para cada etapa deverá protocolar ao Coordenador de Estágio um Relatório de Justificativa a ser avaliado pelo Colegiado de curso, a quem competirá deliberar a respeito.

Art. 9º Os Estágios Supervisionados devem ser cumpridos dentro dos períodos letivos regulares.

Parágrafo único. A realização do estágio em época diferenciada pode ser aprovada de acordo com as necessidades do plano de estágio proposto, a juízo da Coordenação de Estágio, ouvido o Colegiado do Curso.

CAPÍTULO II CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 10 O Estágio Supervisionado curricular é obrigatório e deve ser realizado em estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio do Município de Apucarana ou por meio de cursos e/ou oficinas ofertados a alunos da Educação

Básica (Fundamental II e Ensino Médio), sendo a maior parte da carga horária realizada em escolas públicas ou destinadas a alunos destas.

Parágrafo único. Quando o número de estagiários matriculados, da mesma cidade, for igual ou superior a 8 (oito), o estágio desses alunos poderá ser realizado na cidade de origem, desde que esta seja integrante do Núcleo Regional de Educação de Apucarana.

Art. 11 Para o desenvolvimento do estágio são consideradas, pelo Coordenador de Estágio, em relação à entidade concedente:

- I. aceitação das condições de supervisão e avaliação do estágio;
- II. anuência e acatamento das normas disciplinares dos estágios;
- III. celebração de convênio com a Universidade e e de termo de compromisso com o aluno.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS

Art. 12 Os estágios devem ser formalizados por meio de instrumentos jurídicos, celebrados entre a Unespar, a unidade concedente e o estudante.

Art. 13 Quando o campo de estágio se tratar de instituição de ensino (escola) envolvendo a realização do Estágio Obrigatório por mais de 01 (um) estagiário da Unespar, o Termo de Compromisso e de Convênio poderá ser coletivo.

Art. 14 O modelo de Termo de Compromisso a ser utilizado deve ser o disponibilizado pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD, a ser encaminhado pelo coordenador de estágio, no início de cada ano letivo.

Parágrafo Único - O Termo de Compromisso será entregue no setor responsável pelos estágios no *campus* no qual o estudante está matriculado antes do início do estágio, conforme estipulado pelo Colegiado de Curso. Não será aceito o ingresso no campo de estágio sem a entrega do Termo de Compromisso.

ART. 15 A definição do campo de estágio e do orientador deverá ser realizada no âmbito do colegiado de curso e informada aos alunos no início de cada ano letivo.

§ 1º O estudante deverá providenciar o termo de compromisso, e protocolizar ao setor de estágio do *campus*.

§ 2º O responsável por assinar os termos de compromisso no *campus* é o coordenador de estágio do curso ou, na inexistência ou falta dele, o coordenador de colegiado do curso, ou, na falta desse último, o coordenador da central de estágio do *campus*.

ART. 16 O descumprimento do art. 15 implica o indeferimento automático à solicitação de estágio, ainda que protocolada na instituição.

Parágrafo único - se indeferido o pedido de estágio, poderá o estudante protocolizar outro pedido com as adequações necessárias, desde que dentro do período definido pelo colegiado de curso como necessário para o cumprimento das atividades e carga horária do estágio.

CAPÍTULO IV ATIVIDADES

Art. 17 A Prática de Ensino, sob a forma de Estágio Supervisionado, como componente acadêmico, acontece em três momentos:

- I. na Universidade - no estudo de concepções teórico-metodológicas e preparo das atividades de Estágio;
- II. nos estabelecimentos oficiais do Ensino Fundamental e/ou Médio, ou em outro campo de atuação, efetivando o Estágio;
- III. na Universidade, posteriormente, para análise e avaliação.

Art. 18 O Estágio Supervisionado ocorrerá, sempre que possível, da seguinte forma:

- I. O primeiro contato com a administração e o serviço de supervisão da escola dar-se-á por intermédio do Coordenador de Estágio, objetivando a coleta de informações relativas ao desenvolvimento das atividades como, número de turmas e período de funcionamento, entre outras informações necessárias;
- II. As informações obtidas deverão ser repassadas aos estagiários e subsidiarão o cronograma do estágio.
- III. O Estágio Supervisionado deverá ser desenvolvido sob duas modalidades: convencional e não convencional:

- a) por convencional entende-se o estágio executado conforme as etapas de observação, participação e direção de classe, no Ensino Fundamental e Médio.
- b) por não convencional compreende-se as atividades, de forma e tempos variados, que visam enriquecer a formação do licenciando, por meio de visitas, minicursos, oficinas, palestras, projetos, sessões reflexivas, entre outros.

Parágrafo único: a distribuição da carga horária para cumprimento dessas duas modalidades será flexível e adequada aos objetivos do curso.

Art. 19 As atividades desenvolvidas pelo estagiário devem ser especificadas no plano de estágio previamente elaborado. Compete ao orientador de estágio auxiliar o licenciando e assinar os Planos de Estágio.

Parágrafo único. Os itens que devem constar no plano de estágio são os especificados no modelo elaborado pelo professor da disciplina de Estágio Supervisionado Curricular.

Art. 20 A programação de estágio deve ser elaborada até o início de cada período letivo pelos Coordenadores de Estágios e aprovada pelo respectivo Colegiado do Curso.

TÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS DA UNESPAR

Art. 21 No curso de Letras Português, de acordo com as possibilidades de número de docentes, possuirá 01 (um) Coordenador e 01 (um) Vice-coordenador de Estágios, eleito pelo Colegiado, preferencialmente, dentre os docentes efetivos em Regime de Tempo Integral e/ou atuando nas disciplinas de estágio.

§ 1º Os docentes escolhidos como Coordenador e Vice-coordenador de Estágios serão nomeados pela Direção do *Campus*, por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º O Coordenador de Estágio deve ser docente lotado no Colegiado de Curso, com a formação específica do Curso;

§ 3º Quando houver, o Vice-coordenador deve colaborar com o Coordenador de Estágios em suas atribuições e substituí-lo em eventuais ausências e, em caso de

vacância do cargo, deve assumir a função de coordenador de estágio, até que se realizem novas eleições.

CAPÍTULO IV

COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 22 A Coordenação de Estágio é realizada por um professor do Curso de Letras, eleito pela Coordenação de Curso.

Art. 23 A orientação e supervisão direta dos alunos nos estabelecimentos oficiais dos Ensinos Fundamental e Médio serão realizadas pelo professor orientador.

Parágrafo único. Somente podem auxiliar na orientação de estágio, docentes do respectivo curso, respeitadas as suas áreas de formação e experiência profissional.

Art. 24 A orientação de estágio é desenvolvida diretamente pelo Professor Orientador, por meio de acompanhamento do estagiário mediante observação e avaliação contínua das atividades na IES e nos campos de estágio, ao longo de todo o processo, desde sua elaboração até a redação do relatório final.

Art. 25 Cabe ao Coordenador de Estágio do Curso ou, na ausência dele, ao Coordenador do Colegiado do Curso:

- I. manter cadastro atualizado de todos os estudantes do seu curso que estão realizando estágios, com especificação dos locais;
- II. propor minuta do Regulamento de Estágio do Curso, baseando-se no Projeto Pedagógico do Curso e no Regulamento Geral de Estágios da Unespar, encaminhando-a ao Colegiado de Curso para análise e aprovação.
- III. definir os campos de estágios, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, e possibilitar a inserção dos estudantes nos mesmos;
- IV. convocar, sempre que necessárias, reuniões com os docentes envolvidos com os estágios, para discutir assuntos afins;
- V. encaminhar ao Colegiado de Curso a programação dos estágios para atendimento ao previsto no Art. 34 desse Regulamento;
- VI. assinar os Termos de Compromisso dos Estágios Obrigatórios.

Art. 26 Compete ao orientador de estágio:

- I. participar da elaboração, execução e avaliação das atividades pertinentes ao estágio;
- II. participar das reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso e/ou Coordenador de Estágio, para elaboração de Regulamentos de Estágios e assuntos afins como planejamento, organização, acompanhamento e avaliação;
- III. orientar a elaboração e assinar os Planos de Estágios, de acordo com o previsto neste Regulamento;
- IV. receber os relatórios circunstanciados dos Estágios Obrigatórios ou não Obrigatórios e tomar as providências cabíveis, junto aos demais setores, quando necessário;
- V. orientar, acompanhar e avaliar os estagiários;
- VI. avaliar o Relatório Parcial e Final de Estágio, quando previsto no Regulamento de Estágio do Curso e/ou no Termo de Compromisso no caso do Estágio não Obrigatório;
- VII. visitar o local de Estágio Obrigatório e não Obrigatório, de acordo com o tipo de orientação definida pelo curso, visando verificar a pertinência da atividade desenvolvida com o que está previsto no Plano de Estágio e garantindo que a atividade seja vinculada à formação do estudante;
- VIII. emitir relatório circunstanciado quando houver indício de desvirtuamento do estágio e encaminhar ao Coordenador de Estágios e Coordenador de Curso para as providências institucionais necessárias.

Art. 27 Compete ao estagiário:

- I. observar os regulamentos e exigências do campo de estágio;
- II. elaborar o plano de estágio sob orientação do Professor Supervisor;
- III. permanecer no local do estágio até o final do tempo regulamentado, obedecendo sempre os horários previstos;
- IV. realizar as atividades previstas no plano de estágio, bem como, manter um registro atualizado de todas elas;
- V. comunicar e justificar com antecedência, ao responsável pelo campo de estágio e ao Professor Supervisor, sua ausência em atividade prevista no plano de estágio;
- VI. repor as atividades previstas no plano de estágio, cuja justificativa de ausência tenha sido aceita pelo responsável pelo campo de estágio e pelo Professor Supervisor;
- VII. participar das atividades determinadas pelo Professor Supervisor;
- VIII. entregar ao Professor Supervisor, em data previamente fixada, o relatório abrangendo todos os aspectos relativos ao estágio;

- IX. manter, em todas as atividades desenvolvidas durante o estágio, uma atitude de ética conveniente ao desempenho profissional;
- X. discutir com o professor regente de classe o planejamento e a execução das atividades propostas.

Art. 28 Compete ao Colegiado do Curso:

- I. emitir parecer sobre o Regulamento de Estágio Curricular do Curso;
- II. aprovar, em cada período, a respectiva programação inicial referente ao plano de estágio e o relatório final das atividades do estágio curricular;
- III. convocar reunião de Colegiado, sempre que necessário ou a pedido do Coordenador de Estágio, para discutir questões relativas ao planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento.

CAPÍTULO V

CRITÉRIOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Art. 29 O Estágio Supervisionado terá critérios de avaliação próprios, que serão definidos (quantitativamente) pelo Colegiado de Curso.

Art. 30 A avaliação do estágio supervisionado fica condicionada à observância dos seguintes aspectos:

- I. frequência e participação nas atividades referentes ao estágio;
- II. cumprimento satisfatório das tarefas;
- III. elaboração, condução e execução das atividades, quando regente de classe;
- IV. preparação e apresentação de seminários;
- V. outros tipos de trabalhos ou atividades;
- VI. entrega do(s) relatório(s) do estágio.

Art. 31 O aluno somente poderá iniciar seu estágio de regência após:

- I. Protocolar todos os documentos obrigatórios ao início do estágio;
- II. Entregar o planejamento ao professor supervisor com antecedência.

Art. 32 Poderão fazer parte da avaliação as observações feitas pelo professor regente de classe e pela equipe técnico-pedagógica do campo de estágio.

Art. 33 O aluno estagiário, quando regente de classe, após ter cumprido 25% (vinte e cinco por cento) de horas que deve ministrar, pode ser afastado da regência, pelo Supervisor, se sua atuação oferecer prejuízo à aprendizagem dos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio envolvidos.

§ 1º O Supervisor de Estágio deve apresentar, por escrito, ao Coordenador de Estágio a decisão do afastamento, com visto do responsável pelo campo de estágio.

§ 2º O aluno estagiário afastado deverá refazer o estágio em uma nova turma e, se o problema persistir, o estágio deve ser interrompidodefinitivamente.

§ 3º O aluno estagiário, mesmo afastado, deve ser avaliado.

Art. 34 Tendo em vista as especificidades didático-pedagógicas da disciplina, caso o licenciando não atinja a média anual 7,0 (sete), não haverá, para o estagiário, nova oportunidade de estágio, revisão de avaliação e realização de exame final, bem como não lhe será permitido cursá-la concomitantemente com outra disciplina de estágio. O acadêmico que não for aprovado cursará novamente a disciplina no período letivo seguinte, devendo ser cumpridas novamente todas as atividades previstas.

TÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35 Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador de Estágio, ouvido o Colegiado do Curso, e as demais partes envolvidas, em concordância com o que dispõe o Regulamento Geral dos Estágios, na Unespar, *campus* Apucarana.

Art. 36 A Unespar deverá adquirir apólice de seguro coletivo para os estagiários, no início de cada período letivo.

Parágrafo único. Caberá à Coordenação de Curso o encaminhamento da relação nominal dos alunos matriculados no Estágio Supervisionado, com objetivo de atender ao disposto no “caput” deste artigo.

ANEXO B**REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO****CAPÍTULO I – DA CONCEITUAÇÃO E DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de artigo ou de monografia, é componente curricular obrigatório do Curso de Letras Espanhol e deve ser desenvolvido ao longo dos dois últimos anos da graduação, com base nos conhecimentos adquiridos durante o curso.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivos:

- Desenvolver, no acadêmico, a habilidade de produzir um trabalho científico (desenvolver pesquisa), seja à luz da prática vivenciada nas atividades do Estágio Curricular Supervisionado e/ou dos conceitos adquiridos nos demais componentes curriculares (disciplinas) oferecidos pelo Curso;
- Iniciar o aluno na prática do desenvolvimento da pesquisa científica, preparando-o para o ingresso em cursos de pós-graduação que venham a permitir o aprofundamento dos tópicos apresentados no curso de graduação;
- Formar, no aluno, a disposição para a construção do conhecimento, amparada na interrogação de base científica, a fim de que possa alcançar efetiva autonomia intelectual.

Art. 3º - O TCC constitui um trabalho de natureza científica, de caráter dissertativo, versado em língua espanhola, e deverá observar as seguintes orientações:

§ 1º - O trabalho de conclusão de curso deverá eleger um (e apenas um) problema de pesquisa, sobre o qual dissertará seu autor, procurando explicitar no corpo do texto:

1. O problema/hipótese(s) sob investigação;
2. A fundamentação teórica;
3. A metodologia escolhida para a verificação do problema;
4. Os resultados da aplicação da metodologia escolhida;
5. As conclusões extraídas e sua pertinência para os estudos na área.

§ 2º - O texto científico deverá primar pela norma culta; pelo uso adequado do vocabulário e da terminologia do área de pesquisa; pela recuperação dos referenciais teóricos a partir dos quais o problema se constitui e dentro dos quais pode encontrar solução; pela discussão aprofundada e sistemática da questão de pesquisa; pela análise e interpretação dos dados obtidos para fins de investigação.

§ 3º - Como trabalho de conclusão de curso de graduação, não se espera, necessariamente, originalidade na escolha do problema ou da metodologia a ser

utilizada. No entanto, o TCC deve constituir, necessariamente, um texto autêntico, inédito, com características próprias, tendo em vista que quaisquer indícios de plágio acarretarão não apenas a reprovação do acadêmico, como também sua sujeição aos rigores da Lei.

CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - O desenvolvimento do TCC será acompanhado por um professor-orientador, preferencialmente dos cursos de Letras, e necessariamente do *campus* de Apucarana, sejam eles efetivos ou não, em sessões de orientação definidas em comum acordo com os orientandos.

§ 1º - Caso o acadêmico deseje ser orientado por um professor de outro curso, poderá solicitar a orientação deste, mediante contato prévio do acadêmico com o professor e posterior aprovação do Colegiado.

§ 2º - Não é possível, para Projetos e/ou Trabalhos de Conclusão de Curso, a prática de coorientação.

§ 3 - Cada orientador poderá orientar, no máximo, 6 (seis) trabalhos a cada ano letivo.

§ 4 - Os trabalhos deverão ser realizados individualmente.

Art. 5º - O TCC deverá ser desenvolvido, necessariamente, dentro de uma das linhas de pesquisa definidas pelo professor-orientador.

Parágrafo Único - Cabe ao aluno a escolha do orientador e, conseqüentemente, da linha de pesquisa a ser desenvolvida em seu trabalho, respeitado o limite máximo de 6 (seis) trabalhos por orientador.

CAPÍTULO III – DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art 6º - O TCC será avaliado pelo orientador e por, no mínimo, um professor examinador, indicado pelo professor-orientador.

§ 1º - A avaliação do TCC será feita em duas etapas:

- a) Análise do texto escrito;
- b) Apresentação oral pública.

§ 2º - Cada um dos avaliadores atribuirá, ao trabalho desenvolvido, nota de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, segundo o grau de avaliação específica, constante dos critérios a serem estabelecidos pelo Colegiado de Curso e apresentados, aos avaliadores e acadêmicos, em formulário próprio.

§ 3º - Será considerado aprovado o aluno cujo TCC alcançar, na média dos avaliadores, nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

§ 4º - Será considerado reprovado, sem direito à revisão do texto ou a qualquer outra forma de recuperação, o aluno cujo TCC:

- a) Não for entregue no prazo estipulado pela Coordenação de TCC;
- b) Não alcançar, na média dos avaliadores, nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos;
- c) Constituir plágio, ou seja, exercício predominante de colagem e/ou paráfrase de textos produzidos por outros autores sem a devida referência.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º - São atribuições do coordenador de TCC:

- I. Publicar edital para abertura de inscrições (com indicação do conjunto dos professores-orientadores e suas linhas de pesquisa);
- II. Recolher as inscrições (com indicação de pelo menos três opções de orientadores);
- III. Processar as inscrições (com a formação dos grupos e, sempre que pertinente, realização de seleção e remanejamento de alunos);
- IV. Divulgar os resultados da seleção.
- V. Promover reuniões periódicas entre o conjunto de professores-orientadores para avaliação das atividades;
- VI. Analisar e julgar requerimentos referentes ao TCC;
- VII. Estabelecer e fazer cumprir o calendário das atividades de TCC;
- VIII. Organizar o processo de avaliação dos TCCs.

Art. 8º - São atribuições do professor-orientador:

- I. Dar orientação aos trabalhos desenvolvidos pelos alunos sob sua orientação;
- II. Elaborar, em comum acordo com os alunos sob sua orientação, os planos de pesquisa e o calendário de atendimento;
- III. Participar das atividades comuns programadas pela Coordenação de TCC;
- IV. Avaliar as etapas parcial e final de desenvolvimento dos trabalhos;
- V. Atender seus orientandos nos horários estipulados, registrando anotações sobre o desenvolvimento do trabalho;

Art 9º - São atribuições do orientando:

- I. Comparecer e participar das sessões de orientação nas datas agendadas;
- II. Participar das atividades comuns programadas pela Coordenação de TCC;
- III. Elaborar, em comum acordo com o orientador, os planos de pesquisa e o calendário de atendimento;

- IV. Realizar as atividades relativas ao desenvolvimento do TCC, conforme orientações recebidas;
- V. Cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art 10º - Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador de TCC, depois de ouvido o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas.

ANEXO C

REGULAMENTO DE ATIVIDADE ACADÊMICA COMPLEMENTAR (AAC) para os cursos de Letras da UNESPAR / APUCARANA

Do Objetivo das Atividades Acadêmicas Complementares

Art. 1º O objetivo das Atividades Acadêmicas Complementares - AAC é o enriquecimento da formação do aluno de Licenciatura em Letras, por meio da vivência em distintos campos do conhecimento, afins à Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Literaturas e Educação, permitindo formação sólida e ampla do futuro profissional.

Do Requisito para Colação de Grau

Art. 2º O cumprimento de 200 horas em AAC é um dos requisitos para a colação de grau, que deverá ser obtido ao longo da vida acadêmica do discente, na UNESPAR/APUCARANA ou em outra IES, reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Dos Objetos das Atividades Complementares

Art. 3º Sendo complementares à formação básica do aluno, as AAC devem ter como objeto disciplinas, temas ou atividades que não constem da grade curricular do Curso de Letras.

Art. 4º A carga de 200 horas de AAC deverá ser cumprida segundo práticas previstas neste regulamento, desde que previamente homologadas pelo Colegiado do Curso de Letras.

Art. 5º Deve-se ter em conta a conexão mínima de conteúdo da atividade com o Curso de Letras, bem como sua relevância para o processo de formação profissional.

São consideradas AAC, dentre outras:

1. Participação em programas de pesquisa;
2. Realização de monitoria
3. Participação em instâncias acadêmico-administrativas da UNESPAR/APUCARANA: representante discente no Conselho departamental ou colegiado de curso, representante de turma; membro/presidente de centro acadêmico
4. Participação em eventos científicos,
5. Participação em comissões de organização de eventos científicos ou de extensão;
6. Participação em cursos de extensão;
7. Participação e aprovação em disciplinas especiais ou eletivas de cursos da Instituição;
8. Participação e aprovação em disciplinas de cursos em outras Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo MEC;
9. Participação e aprovação em atividades de extensão, expedidas pelos órgãos competentes, para a comunidade em geral;
10. Publicações científicas;
11. Comunicações científicas;

12. Classificação em concursos de monografias;
13. Estágios extracurriculares em áreas específicas do respectivo curso;
14. Viagens ao Brasil ou ao exterior com propósitos explícitos de complementação acadêmica;
15. Estágios voluntários;
16. Cursos de Línguas e Informática.

Parágrafo único: Outras atividades não previstas neste artigo serão analisadas pelo Colegiado do Curso.

Do Aproveitamento e Cômputo das AAC

Art. 6º O aluno, ao longo da sua formação no curso de Curso de Letras, deve realizar atividades, necessariamente, em, pelo menos, 3 (três) Grupos de AAC, independente de já ter atingido as 200 horas exigidas.

Art. 7º Das 200 horas exigidas, 140 devem, obrigatoriamente, serem cumpridas em atividades relacionadas à extensão: programas, projetos, eventos ou cursos.

Art. 8º. As horas de Atividades Complementares realizadas pelo aluno são computadas dentro dos seguintes limites máximos:

Grupos de Atividades Complementares
Grupo 1 – Limite máximo para cômputo: 80 horas
Participação em programas de pesquisa e iniciação científica e projetos de extensão
Grupo 2 – Limite máximo para cômputo: 100 horas
Realização de monitoria, até 50% da carga horária anual (90 horas (máximo)) Participação em comissões de organização de seminários, congressos, palestras, simpósios, colóquios Cursos de línguas (inglesa / espanhola / portuguesa, de acordo com o curso)
Grupo 3 – Limite máximo para cômputo: 80 horas
Publicações científicas (20 horas por publicação).
Comunicações científicas (5 horas por comunicação).
Classificação em concursos de monografias (5 horas por monografia).
Grupo 4 – Limite máximo para cômputo: 50 horas

Participação e aprovação em atividades de extensão, expedidas pelos órgãos competentes, para a comunidade em geral.
Grupo 5 – Limite máximo para cômputo: 25 horas
Cursos de Informática. Cursos de outras línguas.
Grupo 6 – Limite máximo para cômputo: 120 horas
Participação em seminários, congressos, palestras, simpósios, colóquios. (máximo de 40 horas por ano)
Grupo 7 – Limite máximo para cômputo: 50 horas
Participação em cursos de extensão.
Grupo 8 – Limite máximo para cômputo: 100 horas
Aprovação em disciplinas de outros cursos da Instituição e de outras instituições de ensino superior reconhecidas. Estágios extracurriculares em áreas específicas do cursos. Viagens ao Brasil ou ao exterior com propósitos explícitos de complementação acadêmica Estágios Voluntários.
Grupo 9 – Limite máximo para cômputo: 20 horas
Representante discente no Conselho Departamental ou Colegiado de Curso Representante de turma Membro/presidente de centro acadêmico

Art. 9º. Exigem-se para o aproveitamento das Atividades Complementares:

Atividade Complementar	Prova exigida
Participação em congressos, seminários, conferências, palestras	Certificado de participação
Participação em comissão de organização de congressos, seminários, conferências, palestras	Certificado de participação com carga horária
Cursos de Extensão	Certificado de participação, frequência e aproveitamento

Disciplinas cursadas em outros cursos	Aprovação comprovada da disciplina
Exercício de monitoria	Relatório final do professor orientador
Participação em pesquisa institucional	Relatório do professor orientador
Participação em programas de extensão	Certificado de participação e relatório
Realização de estágios extracurriculares	Certificado de participação com carga horária
Artigos publicados	Publicação ou aceite
Comunicação científica	Certificado de apresentação de comunicação e resumo aprovado
Classificação em concursos de monografia	Monografia elaborada e atestado de classificação
Estágios extracurriculares em áreas específicas do respectivo curso.	Certificado de participação e relatório
Viagens ao Brasil ou ao exterior com propósitos explícitos de complementação acadêmica	Certificado de participação e relatório do (a) acadêmico (a)
Representante de turma	Declaração emitida pelo Coordenador de Curso
Representante discente no Colegiado do Curso	Portaria / Declaração emitida pelo presidente do grupo (Coordenador de Curso)
Representante discente no Conselho Departamental	Declaração emitida pelo presidente do grupo (diretor)
Membro/presidente de centro acadêmico	Declaração emitida pelo presidente do centro
Estágios Voluntários	Certificados de cumprimento e relatório.
Cursos de línguas e Informática	Certificado de frequência e aproveitamento.

Art. 10. As cargas horárias definidas nos respectivos certificados, diplomas ou certidões não representam necessariamente a carga horária atribuída como aproveitamento para a atividade realizada pelo aluno. O cômputo estará a juízo do Colegiado do Curso de Letras.

Art. 11. As cargas horárias das Atividades Complementares são assim computadas respeitando o limite máximo para cômputo:

Atividade Complementar	APROVEITAMENTO
Se relacionada a disciplinas já cursadas pelo aluno no momento da realização da atividade.	100 % da carga horária indicada,
Se relacionada a disciplinas que o aluno cursa no momento da realização da atividade.	100 % da carga horária indicada
Se relacionada a disciplinas que o aluno não cursou no momento da realização da atividade.	Até 50 % da carga horária indicada
Se relacionada a disciplinas que o aluno não cursou no momento da realização da atividade, mas em cuja área já trabalhou ou estagiou.	Até 50 % da carga horária indicada
Se relacionada a disciplinas que não fazem parte da grade curricular fixa do Curso Letras	Até 50% da carga horária indicada

Art. 12. A carga horária tem como unidade mínima de tempo de 60 (sessenta minutos). A atividade, que tiver duração inferior, poderá ser aproximada a esse valor.

Art. 13. Se a prova da Atividade Complementar não informar a respectiva carga horária, esta será estimada pelo Colegiado do Curso de Letras, a partir do tipo de atividade e do relatório feito pelo aluno.

Do Procedimento para o Cômputo das Atividades Acadêmicas Complementares Obrigatórias

Art. 14. O cômputo das AAC é realizado pelo Colegiado do Curso de Letras, mediante requerimento feito pelo aluno e protocolizado ao Coordenador de Curso.

§ 1º Será estabelecido pelo coordenador do curso uma data limite anual para o protocolo dos documentos probantes das atividades complementares.

§ 2º No momento do protocolo, deverão ser apresentados comprovantes originais (e uma cópia) das atividades objeto do requerimento, que serão analisados por um relator do Colegiado do Curso.

§ 3º O requerimento deve ser feito até o final do semestre seguinte à data da realização da AAC, sob pena de decurso de prazo.

§ 4º Caberá à Coordenação deferir ou não o requerimento.

§ 5º Uma vez deferido o pedido, a carga horária aprovada e referente à atividade complementar em questão será inserida no sistema através da Secretaria Acadêmica da UNESPAR/APUCARANA.

§ 6º O aluno que estiver no último ano do Curso deve fazer o requerimento no prazo estipulado pela Coordenação do Curso, sob pena de não ser avaliado para o período e consequente impossibilidade de colação de grau.

§ 7º O requerimento deve ser acompanhado do(s) respectivo(s) comprovante(s), conforme disposto no artigo 11 deste Regulamento.

Art. 15 À medida que os (as) alunos (as) vão cumprindo as atividades válidas para AAC definidas neste regulamento, deverão elaborar os relatórios, anexando os respectivos comprovantes originais e cópias, para requerimento em conjunto das horas, mediante formulário específico a ser disponibilizado pela Coordenação de Curso.

Art. 16 O Colegiado analisará o pedido de conformidade com a presente Regulamentação e o aprovará, remetendo-o para registro.

Disposição Geral

Art. 17 É de responsabilidade do aluno a iniciativa, a realização e o gerenciamento das Atividades Acadêmicas Complementares Obrigatórias, que **deverá cumprir ao longo de seu curso de graduação na UNESPAR/APUCARANA**. O (a) aluno (a) poderá, com antecedência adequada, solicitar ao Colegiado, esclarecimento sobre a aceitabilidade ou não de alguma atividade, devendo para tanto trazer informações oficiais e seguras para orientar a resposta.

Art. 18 Os casos omissos a esta regulamentação serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.